

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
LICENCIATURA EM CIÊNCIAS SOCIAIS

PEDRO BARRETO MUNHOZ

Autoritarismo e Escolaridade:

O caso brasileiro.

Porto Alegre
1. Semestre
2023

PEDRO BARRETO MUNHOZ

Autoritarismo e Escolaridade:
O caso brasileiro.

Monografia apresentada ao curso de Ciências Sociais do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial e obrigatório para a obtenção do título de licenciado em Ciências Sociais.

Orientador(a): Prof.^a Dr.^a Jennifer Azambuja de Moraes

Porto Alegre
1. Semestre
2023

Pedro Barreto Munhoz

Autoritarismo e Escolaridade:

O caso brasileiro

Banca Examinadora:

Prof.^a, Dra. Jennifer Azambuja de Morais
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Dra. Jéssica da Silva Duarte
Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Luis Gustavo Mello Grohmann
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, aos meus colegas que apresentaram comigo a pesquisa “Fascismo e Opinião Pública” no Colóquio sobre o Fascismo, ocorrido na UFRGS em 2019, assim como o nosso orientador nessa pesquisa, Luis Gustavo Mello Grohmann. A pesquisa que fizemos se tornou a base deste trabalho de conclusão de licenciatura.

Também quero agradecer à minha orientadora, Jennifer Azambuja de Moraes. Sua orientação foi vital para que eu pudesse realizar esta monografia.

RESUMO

O presente trabalho de conclusão de licenciatura tem como objetivo analisar a relação entre escolaridade e o autoritarismo do brasileiro. A hipótese a ser testada é de que, quanto maior a escolaridade do brasileiro, menor o seu autoritarismo. Para tal, esta pesquisa fez uma discussão teórica e histórica sobre o conceito de autoritarismo, a personalidade autoritária no Brasil, a relação entre educação e autoritarismo, a relação entre educação e autoritarismo no Brasil, além de análises estatísticas inferenciais utilizando dados da WVS 7 no Brasil para verificar a relação entre escolaridade, idade, classe social e autoritarismo nos brasileiros. O resultado das análises sugere que, de fato, quanto maior a escolaridade do brasileiro, menor a sua propensão ao autoritarismo, enquanto o mesmo não ocorre com a idade e a classe do brasileiro. Para que se possa estabelecer uma relação de causalidade entre escolaridade e autoritarismo no Brasil com mais confiança, recomenda-se a realização de estudos adicionais que analisem a relação entre um número maior de variáveis independentes e o autoritarismo como variável dependente, assim como a realização de pesquisas qualitativas sobre o assunto.

Palavras chave: Escolaridade; Autoritarismo; Brasil; Teoria Crítica.

ABSTRACT

The objective of this work of conclusion for a Social Science licentiate degree is to analyze the relationship between the level of education and authoritarianism in the Brazilian population. The hypothesis to be tested is that, the greater the level of education of the average Brazilian, the smaller is his authoritarianism. In order to do so, this research made a theoretical and historical discussion about the concept of authoritarianism, the authoritarian personality in Brazil, the relationship between education and authoritarianism, the relationship between education and authoritarianism in Brazil, as well as inferential statistical analysis using the data from the 7th Wave of the World Values Survey in Brazil, in order to analyze the relationship between the level of education, age, social class and authoritarianism among Brazilians. The findings of the analysis suggest that, indeed, the greater the level of education of Brazilians, the smaller tend to be their authoritarianism, while the same does not occur with age and social class. In order to establish a relation of causality between the level of education and authoritarianism among Brazilians with more confidence it is recommended that additional studies be performed that analyze the relationship between a greater number of independent variables and authoritarianism as a dependent variable, as well as the implementation of qualitative researches on the subject.

Key words: Level of education; Authoritarianism; Brazil; Critical Theory.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	7
2 O CONCEITO DE AUTORITARISMO.....	11
3 A PERSONALIDADE AUTORITÁRIA NO BRASIL.....	17
4 EDUCAÇÃO E AUTORITARISMO	28
5 EDUCAÇÃO E AUTORITARISMO NO BRASIL	32
6 ANÁLISE DOS DADOS	40
7 CONCLUSÃO.....	48
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	52

1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem como objetivo averiguar a relação entre escolaridade e autoritarismo na população brasileira. Para tal, serão utilizadas técnicas estatísticas de caráter inferencial, a partir de dados sobre a população brasileira provenientes da onda 7 da *World Values Survey*. Os dados da população brasileira para essa onda foram coletados em 2018.

A escolha do tema aqui proposto está relacionada com o contexto político atual brasileiro. O presidente Jair Bolsonaro, eleito em 2018, já fez ameaças de rompimento com as regras do jogo democrático ¹. Esse contexto traz à tona uma extensa produção proveniente das três áreas das Ciências Sociais (Ciência Política, Antropologia e Sociologia), no que diz respeito ao autoritarismo brasileiro. Esta pesquisa soma-se a esses esforços por trabalhar com uma característica da cultura política nacional que faz com que a nossa democracia representativa capitalista aparente estar sempre cambaleando. Um exemplo disso é o atentado ocorrido no dia 8 de janeiro de 2023, onde grupos extremistas de direita invadiram e depredaram o Congresso Nacional, o Palácio do Planalto e a sede do Supremo Tribunal Federal (STF) (STRUCK, 2023).

O Brasil é um país marcado pela instabilidade democrática. A começar pela Primeira República, um regime que, apesar da aparência democrática, foi marcado por práticas de patrimonialismo que corromperam as formas de democracia representativa e, conseqüentemente, com os valores republicanos que deveriam reger ela. A Primeira República foi instaurada em 1889, marcando o fim da monarquia, e durou até 1930. Em seguida, essa forma de democracia fraudulenta foi desfeita com a Revolução de 1930. O país passou por um período revolucionário até que, em 1934, foi feita uma nova constituição e Getúlio Vargas foi eleito. Entretanto, em 1937 foi feito um golpe que instaurou uma ditadura liderada pelo mesmo, que durou até 1945. Tal período ficou denominado como Estado Novo. Durante o período de 1945 a 1964, o país passou por aquilo que pode ser considerada a sua primeira experiência democrática. Mas, em 1964, foi implantada a ditadura militar, que pôs fim à democracia representativa propriamente dita e representou um enorme retrocesso aos direitos políticos da população. A ditadura militar teve seu fim em 1985, após um processo lento e gradual de

¹ Disponível em: <<https://brasil.elpais.com/brasil/2020-05-29/bolsonaro-invoca-intervencao-militar-contra-o-stf-e-flerta-com-golpe.html>> Acesso em: 22 jan, 2022

“abertura política”. Desde então, o país passa por um período democrático, mas que dá indícios de instabilidade (DE CARVALHO, 2008).

Mas afinal, o que a educação tem a ver com o autoritarismo? A escola é uma das principais formas de socialização do indivíduo. Por meio dela, valores e modos de agir são transmitidos através das gerações (PILETTI e PRAXEDES, 2011). Nesse sentido, valores autoritários podem ser transmitidos por meio dela, o que acarreta uma instabilidade no regime de democracia representativa. Ao mesmo tempo, entretanto, a educação também pode ser um elemento de mudança de uma sociedade autoritária. Era isso que Adorno (1995) queria: Uma educação que não permitisse a formação de pessoas com as predisposições necessárias para encarar horrores como o de Auschwitz aceitáveis.

Após a publicação de “A Personalidade Autoritária” pelo autor supracitado, vários estudos foram feitos para averiguar a relação entre o nível de educação e autoritarismo, sendo que a maioria deles apontou para a existência de uma relação negativa entre ambos (FARNEN e MELOEN, 2000). Ao que tudo indica, o nível de educação tem sim o potencial de minar ou impedir a formação daquilo que Adorno chamava de tendências autoritárias, embora não haja consenso sobre os motivos. Dito isso, essa relação não acontece em todos os casos, pois o tipo de educação parece ter importância nesse quesito (SIMPSON, 1972). Inclusive, Adorno (1995) menciona como uma educação baseada na punição e na fomentação da disciplina pode levar a predisposições autoritárias nos alunos. A seguinte pesquisa inova por analisar a relação entre escolaridade e autoritarismo nos brasileiros a partir de um banco de dados diferente, que utiliza variáveis para a medição dessa personalidade diferentes, e por ter sido realizada com dados de 2018, ano em que não existem análises desses fenômenos presentes nos periódicos da capes ou na *Web of Science*. Além disso, as pesquisas que relacionam a escolaridade e a personalidade autoritária no Brasil de maneira quantitativa, não interpretaram seus dados sob a luz das políticas educacionais brasileiras. Todas essas questões são lacunas preenchidas pela seguinte pesquisa.

O autoritarismo brasileiro já foi estudado de maneiras diferentes. (DAMATTA, 1984), diz que ele se faz presente por meio do jeitinho brasileiro. Aqui, a lei seria moldável, de acordo com a posição que a pessoa ocupa dentro de uma hierarquia social. Ao ferir o princípio da igualdade jurídica, o “jeitinho” insere o autoritarismo dentro do cotidiano do brasileiro. (DE

HOLANDA) Aponta como a disciplina baseada na obediência cega é um traço dos brasileiros herdado do povo lusitano.

No que se refere à relação entre autoritarismo e educação, pode-se dizer que a obra de Paulo Freire, assim como a de outros autores da Pedagogia Crítica, busca descrever como deve ser realizada uma educação com o objetivo de diminuir o autoritarismo. Resta saber se, no caso brasileiro, a educação formal fornecida é do tipo que, de fato, faz aquilo que a pedagogia crítica propõe.

Tendo em vista as categorias de análise, a pergunta que proponho responder por meio desta pesquisa é: Qual a relação entre o grau de escolaridade e o autoritarismo do brasileiro? Portanto, o objetivo geral da pesquisa é o seguinte: analisar a relação entre grau de instrução e autoritarismo dos brasileiros. Já os objetivos específicos são:

1. Criar uma escala de autoritarismo a partir de variáveis da WVS;
2. Verificar a relação entre grau de escolaridade, classe, idade e a escala de autoritarismo;
3. Interpretar os achados com base na literatura relevante sobre autoritarismo e educação no Brasil.

Como dito anteriormente, vários estudos demonstram que quanto maior o grau de instrução do indivíduo, menor o autoritarismo (FARNEN e MELOEN, 2000). No caso do Brasil, Lima (2020) demonstra que quanto maior o grau de instrução (o termo usado pelo autor é “escolaridade”, mas se trata do mesmo significado de grau de instrução) dos brasileiros, de fato, menor o autoritarismo. Portanto, a hipótese que será testada é a de que, quanto maior o grau de escolaridade, menor o autoritarismo do brasileiro.

O trabalho seguirá o protocolo quantitativo, através da análise dos dados da sétima onda do WVS, realizada no Brasil em 2018. São utilizadas técnicas estatísticas de caráter inferencial. Inicialmente, será elaborada uma escala de autoritarismo. Essa escala será feita a partir da média entre variáveis do banco de dados da WVS que, conforme a teoria que embasa esta pesquisa, medem aspectos do autoritarismo. As variáveis escolhidas serão do tipo ordinal, para que possam ser transformadas em uma escala geral do autoritarismo. Após a elaboração da escala serão feitas análises inferenciais que permitirão responder à pergunta de partida. Além de

verificar a relação entre autoritarismo e grau de instrução, o autoritarismo também será relacionado com a questão de classe pois, como se sabe, um maior grau de instrução tende a levar o indivíduo a uma classe mais alta. Também será analisada a relação entre idade e autoritarismo pois, também, indivíduos com uma maior escolaridade tendem a ter mais idade. Dessa forma, será possível determinar se a relação entre grau de instrução e autoritarismo não é, na verdade, uma relação entre classe e autoritarismo ou de idade e autoritarismo, ou então uma relação entre todas essas três variáveis em conjunto, visto que, como fora mencionado, elas geralmente são correlacionadas.

A presente monografia tem um total de cinco capítulos. No primeiro, chamado “O conceito de autoritarismo”, é feita uma breve discussão sobre os significados do conceito de autoritarismo e apresentará a teoria por trás do conceito de personalidade autoritária. O segundo capítulo, chamado “A personalidade autoritária no Brasil”, analisa aspectos da sociedade brasileira que podem contribuir para a formação da personalidade autoritária entre a população brasileira. O terceiro capítulo, chamado “A educação e o autoritarismo”, apresenta como a educação pode ter o potencial de diminuir o autoritarismo nas pessoas. O quarto capítulo, chamado “A educação e o autoritarismo no Brasil”, faz uma análise da educação brasileira e delibera sobre o seu potencial de diminuir o autoritarismo na população. Por fim, o último capítulo, chamado “Análise de dados”, apresenta o resultado das análises estatísticas que irão confirmar, ou não, a hipótese.

2 O CONCEITO DE AUTORITARISMO

Autoritarismo é um conceito com diferentes significados. Segundo Bobbio (1998), o termo autoritarismo é usado em três contextos diferentes. O das disposições psicológicas, o da estrutura do sistema político e o da ideologia política. No primeiro, se trata de um tipo de personalidade, tal como exposta por (ADORNO, 2019), em que o sujeito tem, por um lado, uma tendência generalizada à submissão e, por outro, uma tendência à agressividade a certos grupos considerados inferiores. No segundo, se fala em um sistema político autoritário quando ele elimina instituições representativas e é realizado um processo de tomada de decisão de cima para baixo, nas mãos de uma pessoa só ou de um único órgão. Já as ideologias autoritárias, são aquelas que pregam a hierarquia entre as pessoas, apoiam regimes autoritários e valorizam certos aspectos da personalidade autoritária. Como se pode ver, existe um pano de fundo comum entre os três contextos. A presente pesquisa terá como enfoque o autoritarismo como fenômeno psicológico. A seguir, será feita uma descrição da teoria por trás da escolha das variáveis que compuseram a escala aqui criada.

A teoria subjacente a esta pesquisa é baseada na obra “Estudos sobre a personalidade autoritária”². Dentro dessa obra existe um capítulo que trata da construção da escala F, uma escala que tinha como objetivo medir a personalidade antidemocrática, autoritária e, no extremo, fascista. No entendimento do grupo, uma escala que medisse preconceito “sem que o nome de qualquer grupo de minorias fosse mencionado” (ADORNO, 2019), poderia revelar também essas tendências antidemocráticas profundas na personalidade da pessoa. Os itens da escala foram escolhidos de acordo com o seu potencial de revelar uma das nove variáveis que fizeram parte da teoria subjacente à noção de autoritarismo criada pelo grupo. Essas variáveis são: Convencionalismo, submissão autoritária, agressão autoritária, anti-intracepção, superstição e estereotipia, poder e “dureza” [toughness], destrutividade e cinismo, projetividade, sexo. A teoria por trás da construção da escala F teve um forte embasamento psicanalítico. Cada uma dessas nove variáveis será descrita a seguir.

O convencionalismo se trata da “Adesão rígida a valores convencionais, de classe média.”(ADORNO, 2019). A inclusão dessa variável se deve ao fato de, muitas vezes, o

² Ela foi publicada em 1950 nos Estados Unidos e é resultado de um esforço coletivo de vários autores. Como a obra original é em inglês, o livro usado como referência foi o (ADORNO, 2019), que é “uma seleção de textos da obra original”, traduzida para o português.

fascismo ser considerado um fenômeno de classe média. Entretanto, os autores explicitaram que, para essa adesão ser considerada um aspecto de uma personalidade anti-democrática, ela deve ser baseada em uma obediência à pressão externa da sociedade ao invés de uma adesão feita por livre e espontânea vontade. Nesse sentido, essa variável se relaciona com aquela que será descrita a seguir.

A submissão autoritária seria a “Atitude submissa, acrítica a autoridades morais idealizadas do *ingroup*” (ADORNO, 2019). Ela inclui aspectos como “A submissão à autoridade, o desejo de um líder forte, a subserviência do indivíduo ao Estado” (ADORNO, 2019), entre outros. Vale ressaltar que não se trata de qualquer tipo de obediência à autoridade, mas sim de “uma necessidade emocional exagerada e generalizada de submeter-se” (ADORNO, 2019). Aqueles que obedecem de maneira cega tendem, assim, a ser mais manipuláveis por figuras com poder. Pessoas com essa característica também tendem a considerar a obediência como uma das melhores virtudes que um filho pode ter.

A agressão autoritária é a “Tendência a vigiar e condenar, rejeitar e punir pessoas que violam valores convencionais.” (ADORNO, 2019). Trata-se do aspecto sádico da personalidade autoritária. Por conta de uma inabilidade de atacar as pessoas do *ingroup* (por obra da submissão autoritária), ou seja, do grupo de pessoas em que o sujeito autoritário está inserido, ele sente a necessidade de atacar as pessoas dos *outgroups*. Além disso, a teoria aponta que pode existir um elemento de projetividade nessa variável. Para negar a existência de aspectos imorais dentro do próprio sujeito, ele decide apontar a imoralidade nos outros. Nessa lógica, ele não pode ser imoral, afinal, os imorais são os outros. Esse ponto de vista teórico permite hipotetizar a existência de uma correlação alta entre submissão autoritária, convencionalismo e agressão autoritária.

A anti-intracção é a “Oposição ao subjetivo ao imaginativo, a um espírito compassivo.” (ADORNO, 2019). Esse item foi adicionado tendo em vista que “Uma característica importante do programa nazista, deve-se lembrar, foi a difamação de tudo que tendia a tornar o indivíduo consciente de si mesmo e de seus problemas” (ADORNO, 2019). A pessoa anti-intracção tem medo de refletir demais e acabar pensando “coisas erradas”. Não só ela acaba tendo medo de se conhecer verdadeiramente como ela também tem medo das outras pessoas conhecerem o seu verdadeiro eu. O resultado é a eliminação de reflexão, uma valorização do trabalho (como forma de manter-se ocupado a fim de não haver reflexão), uma

valorização do prático em detrimento do intelectual e uma inabilidade de lidar com conflitos interiores, o que a leva a se inclinar apenas em pensamentos alegres.

A superstição e a estereotipia é a variável que descreve, respectivamente, "A crença em determinantes místicos do destino individual, a disposição a pensar por meio de categorias rígidas" (ADORNO, 2019). A supersticiosidade é "[...] uma tendência a transferir a responsabilidade do interior do indivíduo para forças externas situadas para além de seu controle", de modo não realista. Dessa forma, o indivíduo não se vê como capaz de alterar o seu próprio destino. Ele estaria sendo controlado por forças externas além de seu controle. Já a estereotipia se refere ao uso de "explicações primitivas e excessivamente simplificadas sobre os acontecimentos humanos" (ADORNO, 2019). Entre essas explicações podem haver estereótipos aplicados a grupos inteiros de pessoas ou até "sobre as causas dos eventos da natureza" (ADORNO, 2019) Ambas essas características são traços da personalidade que resultam em uma desvalorização da ciência como fonte de explicação para os fenômenos.

A variável poder e dureza diz respeito à "Preocupação com a dimensão de dominação-submissão. forte-fraco, líder-seguidor; identificação com figuras de poder; ênfase excessiva nos atributos convencionalizados do eu; asserção exagerada de força e dureza" (ADORNO, 2019). Um dos aspectos dessa variável é a tendência do indivíduo a classificar as pessoas em grupos como dominante-submisso, forte-fraco, etc. A questão, porém, está no fato que o indivíduo com essa característica não se identifica claramente com nenhuma dessas posições. Ele gosta de se identificar como um indivíduo sem poder, apenas mais um na multidão, mas, ao mesmo tempo, alguém apto a possivelmente se tornar poderoso. Existe, também, uma admiração por aqueles que detém poder de fato. Por isso, aqueles que pontuam alto nessa variável devem ser pessoas que almejam uma posição intermediária na estrutura de poder. Dessa forma, satisfazem seu desejo de obedecer assim como o seu desejo de mandar. A dimensão do forte-fraco também pode estar relacionada ao etnocentrismo e ao preconceito, por levar ao pensamento de que certas minorias ou culturas são inerentemente mais fracas que as outras. Essa relação contraditória com o poder acima descrita é o que o grupo chamou de "complexo do poder".

As variáveis destrutividade e cinismo designam uma "hostilidade generalizada, desprezo pelo humano" (ADORNO, 2019). Diferente da agressão autoritária, aquele que pontua alto nessa variável não busca uma justificativa moral para a sua agressividade. Aqui a justificativa para a hostilidade se dá por outras bases. Pode ser que haja apenas uma pequena

justificativa para a agressão, por haver um sentimento de que todas as outras pessoas também são hostis ou por um desprezo generalizado pela humanidade.

A projetividade é “A disposição para acreditar que coisas trelouçadas [wild] e perigosas acontecem no mundo; a projeção para fora de impulsos emocionais inconscientes.” (ADORNO, 2019). Trata-se de um conceito psicanalítico. Frequentemente temos desejos que ameaçam a imagem idealizada que temos de nós mesmos. Para não ter que lidar com uma batalha interna para lidar com esse desejo reprimido, apontamos esse desejo em outros. Assim, transformamos essa batalha interna em uma batalha externa, afim de mantermos a ilusão da imagem idealizada que temos de nós mesmos. Por isso, essa variável tem ligações com a agressão autoritária. Para que o indivíduo não tenha que lidar com seus impulsos reprimidos, ele decide apontar esses impulsos nos outros de maneira moralizante e busca puni-los. De maneira similar, o indivíduo com tendências à destrutividade pode achar que os outros são hostis em relação a ele, para que ele possa justificar a sua própria destrutividade (que não faz parte de sua imagem idealizada de si mesmo). Percebe-se que várias variáveis da escala têm relação com a projetividade. Assim como a próxima a ser descrita.

Por último, a variável sexo designa a “Preocupação exagerada com eventos sexuais.” (ADORNO, 2019). Novamente, para que o indivíduo não tenha que lidar com impulsos reprimidos, ele aponta esses impulsos nos outros. No caso desta variável, são impulsos sexuais. Aquele que pontua alto nesta variável tende a distorcer a realidade de forma a exagerar a existência de eventos sexuais acontecendo na sociedade sente necessidade de punir os “transgressores de costumes sexuais” (ADORNO, 2019) como homossexuais, criminosos sexuais e pessoas consideradas promíscuas. Evidentemente, esta variável apresenta relações com as dimensões do convencionalismo, da submissão autoritária, da agressão autoritária e da projetividade.

Como se pode perceber, a escala F visa analisar o indivíduo no nível da personalidade. Entretanto, isso não quer dizer que o autoritarismo é um fenômeno restrito ao nível da personalidade, segundo o posicionamento dos autores da obra. Conforme Crochik (2001), a obra deixa explícito que o autoritarismo não é um fenômeno restrito ao nível da personalidade, mas que a personalidade é influenciada pelo contexto da sociedade em geral. Portanto, eliminar o autoritarismo é uma tarefa que vai além do nível psicológico individual. É uma tarefa que envolve, também, uma mudança societal. Além disso, Crochik (2001) também aponta como a

personalidade e a ideologia não podem ser separadas. Tendo isso em vista, a análise feita por Mannheim (1968) sobre ideologia fascista pode ser pertinente para exemplificar como elementos da personalidade autoritária se traduzem em termos de ideologia.

Ao analisar a relação dada entre teoria e prática por várias correntes políticas e sociais, Mannheim (1986) faz algumas considerações sobre a fascista. Segundo o autor, o fascismo é “ativista e irracional”. Seguindo na análise, Mannheim (1986, p. 160) aponta que

“No coração de sua teoria e de sua prática situa-se a apoteose da ação direta, a crença no feito decisivo, e a importância atribuída à iniciativa de uma elite dirigente. [...] Os programas não têm importância, o que importa é a incondicional subordinação a um líder.”

Mannheim ainda ressalta a exaltação da ação de grandes líderes, o “constante recurso para uma técnica da manipulação psíquica das massas” (MANNHEIM, 1986) e a negação da possibilidade de se compreender a história como um processo. Então, a ação dos líderes aparece como sendo descolada do contexto histórico em que estão inseridos. Trata-se de uma superestimação da agência desses líderes que toma a forma de um “realismo corrosivo”, nas palavras do autor. O elemento “realista” da ideologia fascista está localizado na exaltação da virtude dos líderes e na redução do pensamento político às formas de manipulação das massas.

Dentro da definição da ideologia fascista dada por Mannheim podem ser notados traços da personalidade autoritária. A “incondicional subordinação a um líder” pode ser vista como uma forma de submissão autoritária. O elemento “realista” do fascismo tem ligações com a destrutividade e cinismo pois, segundo Thomas Hobbes, um dos pensadores que dá as bases filosóficas do realismo no pensamento político (JATOBÁ, 2017), o Homem, em seu Estado de Natureza, é mau. Isso condiz com a visão negativa da humanidade que justifica, psicologicamente, impulsos de destrutividade generalizada. Também, a superestimação da ação dos grandes líderes e a redução do pensamento político às formas de manipulação das massas têm ligações com o pensamento de Maquiavel. A falta de crença na possibilidade de se explicar a história de maneira inteligível carrega elementos da atitude “anti-ciência” daqueles que demonstram superstição e estereotipia. A falta de importância dada aos programas políticos e a “apoteose da ação direta” demonstram a preferência das coisas práticas em detrimento das coisas intelectuais dos indivíduos anti-intrapeptivos.

Como o pensamento de Max Weber teve uma grande importância para a sociologia brasileira, um de seus conceitos parece ser válido para descrever o autoritarismo. Esse conceito, é o de patrimonialismo. O conceito de patrimonialismo se refere a “formas de dominação política em que não existem divisões nítidas entre as esferas de atividade pública e privada” (SCWARTZMAN, 2015). Por não haver uma distinção clara entre aquilo que é de todos e aquilo que é privado, essas formas de dominação caracterizam regimes autoritários.

3 A PERSONALIDADE AUTORITÁRIA NO BRASIL

Como visto anteriormente, não é possível dissociar a personalidade autoritária do contexto em que ela está inserida. Crochik (2001) apontou como a personalidade autoritária não pode ser separada da ideologia e da sociedade do indivíduo. Isso fica mais claro considerando as similaridades entre a ideologia fascista tal como discutida por Mannheim (1986) e a personalidade autoritária descrita por Adorno (2019). Tendo isso em vista, a produção da ciência social brasileira pode ser útil para clarificar os aspectos da sociedade que podem contribuir para a formação da personalidade autoritária na população brasileira.

Dentre as explicações para o autoritarismo brasileiro, algumas partem de um viés mais econômico. Tal é o caso de autores como Florestan Fernandes e Theotônio dos Santos.

Conforme Fernandes (2019), a instabilidade democrática do Brasil pode ser atribuída à situação específica de sua luta de classes. Trata-se de uma luta de classes de um capitalismo periférico. Isso significa que a burguesia realizou um processo de industrialização dependente, ou seja, uma industrialização feita a partir de uma junção entre empresas multinacionais, uma burguesia nacional e o Estado. Trata-se de uma forma de Revolução Burguesa realizada sob o jugo do imperialismo. Nesse contexto, a democracia burguesa propriamente dita não poderia ocorrer pois ela abre espaço para pressões populares que poderiam pôr em risco essa frágil forma de dominação (que é baseada em uma dupla exploração das classes trabalhadoras, uma por parte da burguesia nacional e outra por parte das burguesias estrangeiras). A necessidade de rompimento das formas de representação política se dá justamente nesses momentos de pressão popular.

Como aqui a exploração é mais intensa, a massa de manobra da burguesia também se encontra limitada. Essa posição econômica periférica e dependente impede o desenvolvimento e a manutenção de uma democracia representativa propriamente dita. Para se manter no poder nessas condições a burguesia nacional tinha três desafios principais: 1) realizar um desenvolvimento com a ajuda de multinacionais, mas sem deixar que elas tomem controle completa da economia, pondo em risco a soberania econômica que as nossas elites conseguiram com os seus respectivos processos de independência; 2) acabar com pressões de baixo para cima que pudessem subverter o capitalismo; 3) controlar o Estado para que ele fosse um agente central no processo de industrialização e neutralizá-lo para que ele não acabe se tornando um

instrumento de subversão do status quo, de dentro das “regras do jogo” (como ocorre quando um líder de caráter anti-capitalista acaba sendo eleito democraticamente).

Uma interpretação semelhante é feita por Theotônio dos Santos. Ao descrever as suas teses defendidas durante meados do século XX a respeito das nações latino-americanas, Santos (2023) aponta que:

Eu afirmava então que, de um lado, as massas urbanas submetidas às tendências à concentração do poder e da renda e à exclusão social tendiam a apoiar as formas de governo democráticas, dando-lhes contudo um forte conteúdo popular, o que levaria a uma crescente reivindicação por reformas estruturais que conduziam ao socialismo. Por outro, como resposta a esta tendência às soluções pós-capitalistas, a classe dominante buscava soluções de força, todas as vezes em que visse ameaçado seu domínio em decorrência do avanço da democracia. Socialismo ou fascismo apareciam como horizontes políticos para os regimes democráticos ou para as ditaduras da região.

Como se pode ver, assim como Fernandes, Santos coloca a luta de classes no centro de sua explicação para a instabilidade da democracia no Brasil. A princípio, pode parecer que tal tipo de explicação diverge em relação àquela que põe a personalidade como fator explicativo do autoritarismo. Porém, vale ressaltar que Horkheimer, no prefácio de “Estudos sobre a Personalidade Autoritária”, afirma que o autoritarismo tem relações profundas com o capitalismo (ADORNO, 2019). Por conseguinte, é possível que o capitalismo brasileiro, sendo particularmente selvagem por conta da dependência, fomente a personalidade autoritária em certos setores da sociedade.

Outra abordagem para o autoritarismo brasileiro tem uma influência mais weberiana. É o caso de Schwarcz (2019), Schwartzman (2015), e de De Holanda (2009). O que essas obras têm em comum, é que remetem ao conceito de patrimonialismo. O patrimonialismo é uma forma de dominação que, por sua vez, é uma forma de poder (CAMPANTE, 2003). A dominação patrimonial é uma onde as coisas públicas são frequentemente tidas como se fossem privadas (Schwarcz, 2019). Como todas as formas de dominação, ele pressupõe uma mentalidade que legitime o mando e a obediência. Tal mentalidade se trata de uma condição psicológica, tal como é a personalidade autoritária. Logo, é possível traçar uma conexão entre o patrimonialismo e a personalidade autoritária, considerando a pré-condição psicológica que viabiliza o primeiro como uma forma particular da segunda. A forma de personalidade autoritária que embasa o patrimonialismo pode ser, portanto, uma que reafirma as hierarquias

entre as pessoas de tal modo que justifique a apropriação dos bens públicos por entidades privadas. Ferindo, assim, a igualdade perante a lei. A seguir, será feita uma descrição de alguns aspectos das obras supracitadas que podem ajudar na compreensão da personalidade autoritária brasileira.

A começar por Schwarcz (2019). Em sua descrição do autoritarismo brasileiro, a autora explora a escravidão e o racismo, as práticas patrimonialistas, a desigualdade social, a violência, as desigualdades de raça e gênero e a intolerância. Por meio do patrimonialismo, o princípio da igualdade perante a lei é violado e os bens públicos, que deveriam ser repartidos de maneira igualitária, são trazidos para o contexto privado das lideranças. A desigualdade social pode ser percebida pela enorme concentração e desigualdade de renda e pela desigualdade educacional, sendo a última uma das causas da perpetuação da primeira. No que se refere à violência, Schwarcz traz dados do *Atlas da Violência 2018* para comprovar o fato de sermos um dos países mais violentos do mundo, considerando nossa taxa de homicídios e outras estatísticas. A autora interpreta a violência ocorrida hoje no Brasil, como uma continuação daquela ocorrida na época colonial. Existe, também, as desigualdades de raça e gênero. Schwarcz (2019, p. 175) aponta que:

Uma profusão de estatísticas oficiais demonstram como as populações afrobrasileiras são objeto dileto da “intersecção” de uma série de marcadores sociais da diferença que acabam condicionando, negativamente, sua inclusão na sociedade, com um acesso mais precário à saúde, ao emprego, à educação, ao transporte e à habitação.

Quanto à desigualdade de gênero, ela também é perceptível em vários níveis. Um deles é a violência física sofrida por mulheres a números alarmantes. Frequentemente, essa violência é cometida dentro do próprio âmbito familiar. Também há a violência sexual sofrida por mulheres que, conforme Schwarcz, se manifesta na forma de uma cultura do estupro. As bases dessa cultura estão no próprio projeto colonial. A colonização brasileira se valeu fortemente do estupro, especialmente de mulheres indígenas e de mulheres afrodescendentes escravizadas. Os altos índices de violência sexual sofridos pelas mulheres brasileiras ainda hoje seriam uma continuação disso. Em uma enquete citada pela autora, “30% dos homens brasileiros consultados afirmaram acreditar que uma mulher que veste roupas curtas é culpada pelo assédio ou está pedindo para sofrer atos violentos.”. Isso demonstra uma mentalidade que legitima a violência contra as mulheres com base na culpabilização da vítima. A intersecção entre as desigualdades de gênero e de raça pode ser percebida por conta do estereótipo contido no antigo

dito popular “As brancas são para casar, as negras para trabalhar e as mulatas para fornicar”. Nessa afirmação é perceptível o racismo e a misoginia de tal forma que se podem ser feitos nexos com o passado colonial. A afirmação de as negras são para trabalhar, remete ao trabalho forçado ocorrido em contexto de escravidão e a afirmação de que as mulatas são para fornicar, remete ao estupro que era cometido no mesmo contexto escravocrata.

Dentro de um contexto similar, está localizada a discriminação contra pessoas LGBTTQ³. Schwarcz demonstra que há uma permissividade de crimes violentos contra pessoas que não seguem os padrões hegemônicos de heteronormatividade. Tal prática foi denominada pela autora como “crimes por preconceito de gênero”. Tais crimes são caracterizados por uma hostilidade por tais grupos baseada em preceitos morais. Um exemplo de tais crimes é o chamado “estupro corretivo”. Trata-se de crime contra mulheres lésbicas “justificado com base na tese de que a homossexualidade feminina derivaria de “orientações defeituosas” e poderia ser “resolvida” a partir de relações sexuais violentas e não consentidas com “homens de verdade”.” (SCHWARCZ, 2019).

Por fim, a intolerância. A autora começa ressaltando a falsa impressão de que o Brasil é a terra da inclusão, da convivência harmoniosa entre raças e etnias e de que é uma terra tolerante e democrática no geral. Para esse fim, ela começa descrevendo o período colonial. A violência ocorrida em tal período é justificada por uma suposta “missão” do povo português, tal como retratada por Camões na obra “Os Lusíadas”. Já o processo de catequização de indígenas, um processo que visa o apagamento da cultura desses povos, é justificado pelo Padre Antônio Vieira pois se trataria de trazer a “fé verdadeira” aos indígenas. Em ambos os autores, é perceptível a existência de uma justificativa moral para a violência (seja ela física ou simbólica). Segundo Schwarcz, tais justificativas se tratam de uma negação dos conflitos que veio a ser uma constante no Brasil e pode ser evidenciada por meio daquilo que Sérgio Buarque de Holanda chamou de “cordialidade” do brasileiro. A cordialidade é, à primeira vista, uma virtude marcada pela generosidade, pela boa educação e pela civilidade. De Holanda, porém, afirma que ela se trata apenas de uma máscara, um disfarce, onde, por trás, se escondem uma profunda intolerância e hierarquias que, ao não serem mencionadas, são reafirmadas. Trazendo para os dias de hoje, a historiadora alega que hoje a intolerância continua, o que mudou foi que caiu a máscara da cordialidade. Baseada na psicanálise de Christian Dunker, a autora sustenta

³ Sigla que se refere a pessoas lésbicas, gays, transexuais, travestis e queer.

que, no lugar da cordialidade, certos movimentos autoritários instauraram o discurso do “nós contra eles”. Uma polarização política com intolerância explícita. Tal racionalidade binária é marcada pela

“desconfiança diante de tudo que não faça parte da própria comunidade moral: a imprensa, os intelectuais, a universidade, a ciência, as organizações não governamentais, as minorias e os novos agentes políticos. No seu lugar, vigoraria a simplicidade do homem comum, aquele que faz seu churrasco, frequenta a igreja aos domingos, conhece o barbeiro pelo nome, é próximo de sua família, que mais se parece com um clã unido, e tem um cotidiano assemelhado ao de seus eleitores. “É gente como a gente”, conforme exalta um refrão muito utilizado na campanha eleitoral de 2018.”(SCHWARCZ, 2019, p. 212)

A partir da obra citada acima é possível observar diversos elementos que podem ajudar a pensar sobre a formação de uma personalidade autoritária no Brasil, considerando as dimensões da escala F, conforme explicitadas nos "Estudos sobre a Personalidade Autoritária."

A presença contínua da violência demonstra a existência de agressividade autoritária ou de destrutividade na psicologia dos brasileiros. Isso porque a agressividade autoritária justifica a violência com base em pressupostos morais. Já a destrutividade justifica a violência por conta de um desprezo generalizado pela humanidade. O racismo e o sexismo são tipos de preconceito e, com isso, também fazem parte da personalidade autoritária. Os estereótipos presentes nesses preconceitos revelam a presença de superstição e estereotipia. A mentalidade por trás da culpabilização das vítimas de assédio sexual presente na enquete citada remete a uma agressividade autoritária pois há um sentimento de punição daqueles que violam os valores convencionais. O mesmo raciocínio está por trás do fenômeno do “estupro corretivo”. Inclusive, um dos itens da escala F que diz respeito à dimensão da agressividade autoritária é o seguinte “A homossexualidade é uma forma particularmente podre de delinquência e deveria ser punida com severidade”. A preocupação excessiva com temas sexuais como descrita acima também é uma dimensão da escala F. As justificativas para a violência colonial demonstram a existência de etnocentrismo e, também, de agressividade autoritária. Por meio de Camões encontramos a justificativa moral para tal agressividade contra os povos não europeus. Já Vieira parte de um pressuposto da superioridade do povo europeu e de sua religião. A crença nessa superioridade revela que há uma interiorização da dimensão de poder e dureza, por dividir os seres humanos em superiores e inferiores. Também revela etnocentrismo em relação aos povos originários e uma justificativa moral (religiosa) para a supressão de suas culturas, dando base para a presença

de uma agressividade autoritária. Já na intolerância dos dias atuais existem dois elementos que também invocam uma personalidade autoritária. A desconfiança com aqueles que não fazem parte de sua comunidade moral revela agressividade autoritária, e convencionalismo por mostrar uma repulsa a certos grupos com base em pretextos morais. Também é possível haver projetividade por haver uma crença de coisas perigosas no mundo que buscam fazer mal ao indivíduo em questão. Quando essa desconfiança é voltada a intelectuais e à ciência, ela pode ser caracterizada como uma forma de anti-intracção. Já a exaltação do homem comum condiz com aquilo que Adorno (2019, p.152), ao descrever a variável “poder e dureza”, denominou “complexo de poder”:

“O indivíduo que esperávamos que pontuasse alto nesse *cluster* identifica-se prontamente com os “peixes pequenos” ou “a média”, mas ele aparentemente o faz com pouca ou nenhuma humildade, de forma que parece realmente pensar em si como forte ou crer que poderia de alguma forma assim tornar-se.”

Voltando ao raciocínio da obra “Raízes do Brasil” de Sérgio Buarque de Holanda, um dos aspectos por ele apontados como sendo típico dos ibéricos é a obediência. Em relação aos povos ibéricos, De Holanda (2009, p.39) descreve o seguinte:

“[...]a obediência aparece algumas vezes, para os povos ibéricos, como virtude suprema entre todas. E não é estranhável que essa obediência — obediência cega, e que difere fundamentalmente dos princípios medievais e feudais de lealdade — tenha sido até agora, para eles, o único princípio político verdadeiramente forte. A vontade de mandar e a disposição para cumprir ordens são-lhes igualmente peculiares. As ditaduras e o Santo Ofício parecem constituir formas tão típicas de seu caráter como a inclinação à anarquia e à desordem. Não existe, a seu ver, outra sorte de disciplina perfeitamente concebível, além da que se funde na excessiva centralização do poder e na obediência.”

Tal característica dos povos ibéricos evoca uma forte submissão autoritária que poderia ter repercussões para a formação de uma personalidade autoritária no Brasil.

Em “Bases do Autoritarismo Brasileiro”, Simon Schwartzman realiza um enfoque diferenciado do autoritarismo. Sua análise está centrada no autoritarismo em forma de regime. Portanto, a sua ênfase principal está na análise do Estado autoritário patrimonial, tal como Faoro. Sua inovação, entretanto, reside na criação do conceito de neopatrimonialismo para descrever o Estado brasileiro. Esse seria um Estado tomado por práticas patrimonialistas, mas sem deixar de ter burocracia. A importância de ressaltar a existência de burocracia é clarificar que, em termos weberianos, o tipo de dominação promovida por esse Estado, apesar de ser

patrimonialista, não constitui uma forma de dominação tradicional. Ao contrário, ela é moderna pois conta com uma forma de racionalidade. O tipo de racionalidade, entretanto, é o que difere a dominação promovida pelo Estado neopatrimonialista dos não-patrimonialistas e patrimonialistas. Schwartzman afirma que Weber realiza uma distinção entre racionalidade formal e racionalidade substantiva. Logo,

"Racionalidade formal é o mesmo que racionalidade legal, ou seja, uma série de normas explícitas de comportamento, ou "leis", que definem o que deve ou não ser feito pelo administrador em todas as circunstâncias. Em um sentido mais amplo, estas regras têm em vista implementar o contrato que limita o poder arbitrário dos governantes e administradores[...]"(SCHWARTZMAN, 2015, p. 101)

Schwartzman prossegue, para explicar a racionalidade substantiva:

"Assim, da mesma maneira que a racionalidade formal se opõe à discricionariedade pessoal, característica do patrimonialismo antigo, ela também se opõe à racionalidade substantiva, que tende a maximizar um conjunto determinado de objetivos independentemente de regras e regulamentos formais. [...] Mas existe, além desse, um outro determinante da racionalidade substantiva, também apontado por Weber: é a "Razão de Estado", tal como definida pelos detentores do poder. A combinação entre governos centrais comandados por suas "Razões de Estados" e suas massas passivas, destituídas e mobilizáveis é a receita mais acabada para os regimes patrimoniais burocráticos modernos. A mobilização dessas massas em um mesmo contexto de poder irrestrito é o caldo de cultura do que, depois de Weber, entraria para a história com o nome de fascismo." (SCHWARTZMAN, 2015, p. 102)

Como se pode ver, existem alguns elementos da análise da racionalidade substantiva que podem evidenciar aspectos da personalidade autoritária brasileira. Fica claro que o tipo de Estado que predomina no Brasil, o patrimonial burocrático moderno, é marcado por detentores do poder que utilizam a racionalidade substantiva. Tal racionalidade busca maximizar objetivos, mas não segue leis do tipo contratualistas que limitam o arbítrio dos governantes. Quando se combina esse tipo de racionalidade operando no Estado com massas destituídas, passivas e mobilizáveis, temos a forma mais acabada dos regimes patrimoniais burocráticos modernos (ou, simplesmente, neopatrimoniais). Esse mesmo tipo de regime, a partir do momento que tais massas passam a ser mobilizadas, é o que veio a ser chamado de fascismo. O raciocínio promovido por Schwartzman permite estabelecer uma conexão entre o Estado brasileiro (um Estado de um país periférico e dependente) com os Estados fascistas (historicamente, não periféricos). Considerando que a personalidade autoritária é uma cujo ápice se encontra no fascismo, tal conexão favorece a hipótese de que existe, de fato, a presença

de uma personalidade autoritária no Brasil. E mais, a presença de massas passivas também remete à presença de uma personalidade autoritária. Isso porque a passividade perante as autoridades é um aspecto de submissão autoritária.

Outro autor a promover uma discussão sobre o autoritarismo brasileiro é Roberto Da Matta. Apesar de não utilizar uma base teórica weberiana, suas conclusões chegaram bem perto das dos weberianos. O argumento de Da Matta (1984) é baseado na hipótese de que há uma cultura autoritária no Brasil. Para ele, o autoritarismo está imbricado nas relações sociais dos brasileiros, causa um embaralhamento entre público e privado e causa uma pessoalização de instituições que eram para ser impessoais (RIBEIRO, 2022). Perpetuando, assim, um resquício de relações tradicionais em instituições que deveriam ser modernas. O rito, “você sabe com quem está falando?” reforça hierarquias e rompe com valores republicanos. O legado de uma sociedade escravocrata se colide com os valores igualitários importados da Europa. Diferentemente da desigualdade moderna capitalista, a nossa desigualdade seria marcada pela pessoalização das hierarquias. Existiria uma preponderância da pessoa em detrimento do indivíduo.

Outra autora pertinente de ser mencionada é Lélia Gonzalez. Gonzalez (1984) escreveu sobre as intersecções entre racismo e sexismo no Brasil, abordando os diferentes estereótipos que recaem sobre a mulher negra. Por ter empregado a psicanálise, seus escritos podem descrever o autoritarismo no nível da personalidade. É nesse sentido que a antropologia classifica o racismo como um sintoma da “neurose cultural brasileira”. A sua linha de raciocínio relaciona os conceitos de “mulata”, “doméstica” e “mãe preta”, dos dias contemporâneos com os tempos da escravidão. A mulata seria um objeto de desejo sexual enquanto a doméstica é posta como instrumento de trabalho. Ambos os termos remeteriam à ideia de mucama, uma mulher escravizada que trabalhava no ambiente doméstico ao mesmo tempo que sofria abusos sexuais dos senhores. Nisso, a sexualização da mulata e relegação da mulher negra à condição de empregada doméstica encontram uma conexão histórica.

As particularidades da formação histórico-social do Brasil indicam a necessidade de reavaliar o que deve ser considerada a personalidade autoritária nesse país. Essa reavaliação não deixa de ser condizente com Adorno (2019) pois está claro na obra que a personalidade autoritária não é algo que deve ser considerado fixo e imutável. Ela pode variar de acordo com o contexto histórico e geográfico. Portanto, quando falamos de uma “Adesão rígida a valores

convencionais, de classe média.” temos que considerar que valores convencionais e de que classe média estamos falando. No caso brasileiro, a agressividade autoritária, por exemplo, pode ser voltada a mulheres negras que não seguem as normas estabelecidas pelos estereótipos racistas e sexistas.

Mais uma abordagem para o autoritarismo no Brasil é aquela baseada na cultura política. De acordo com a teoria da cultura política, "o funcionamento e a estabilidade das instituições políticas são afetados pela congruência entre o modelo institucional e os valores e atitudes predominantes na sociedade, adquiridos pelo processo de socialização política." (GONZÁLEZ e col., 2021). José Álvaro de Moisés e Marcello Baquero são dois autores que trabalharam com a hipótese de que há no Brasil uma cultura política que não favorece a estabilidade da democracia. Apesar de não trabalharem com o conceito de autoritarismo suas contribuições são pertinentes, pois a presença de uma cultura política não democrática na população pode ser reflexo de uma personalidade autoritária generalizada.

Segundo Moisés e Carneiro (2008),

“A democracia brasileira está relativamente consolidada, a maior parte dos especialistas reconhece isso. Mas ela parece enfrentar uma situação paradoxal: apesar do apoio majoritário ao regime democrático per se, quase 2/3 dos brasileiros não confiam - em diferentes graus - em parlamentos, partidos, governos, tribunais de justiça, polícia e serviços de saúde e educação”

Mas a desconfiança em si não seria necessariamente um problema. Cidadãos críticos podem ser desconfiados em relação às instituições democráticas ao mesmo tempo que demonstram apoio à democracia e desaprovação a regimes autoritários. Mas quando a desconfiança acontece junto de uma insatisfação com as instituições pode ocorrer uma diminuição no apoio à democracia. A conclusão do estudo de Moisés e Carneiro (2008) aborda justamente isso:

“O achado mais importante do estudo refere-se à influência da insatisfação e da desconfiança políticas sobre a adesão dos cidadãos à democracia. Os dados mostraram que a democracia convive com os dois sintomas negativos a respeito de seu funcionamento. Mas dois aspectos chamam a atenção em especial: em primeiro lugar, o fato de que a síndrome atitudinal da desconfiança e da insatisfação está mais associada com a indiferença em face das alternativas a respeito do regime político e, com menos intensidade, com a preferência pelo autoritarismo. Ou seja, a desconfiança e a insatisfação geram distanciamento, cinismo e alienação em relação à democracia. Mas, mais importante é o segundo aspecto: os cidadãos desconfiados e, ao mesmo tempo, insatisfeitos com o funcionamento da democracia são aqueles que, colocados

diante de alternativas anti-institucionais, preferem um regime democrático para o qual os partidos políticos e o parlamento têm pouca ou nenhuma importância.”

Percebe-se que a desconfiança e a insatisfação política causa, no Brasil, o corrimento do apoio à democracia e, possivelmente, um apoio a formas de regime não democráticas. Os achados desse estudo corroboram para a necessidade de pesquisas acerca da população brasileira para que se possa fazer diagnósticos sobre a estabilidade da democracia nesse país.

No caso de Baquero há uma conclusão similar. Para o autor

“o Brasil desenvolveu uma cultura política híbrida, em que a evolução das instituições formais não foi acompanhada pela formação de uma base de confiança. Segundo o autor, a ausência de confiança institucional e de confiança interpessoal, com baixos níveis de capital social, explica a manutenção de práticas como o clientelismo e a baixa participação, criando uma democracia frágil e incompleta.[...]Esse autor denominou o fenômeno de “democracia inercial”, em que a capacidade de transformação das instituições políticas, com a realização de eleições contínuas, não foi capaz de mudar as características autoritárias presentes na cultura política anterior, que sobreviveram à mudança institucional”(GONZÁLEZ e col., 2021)

Ao se oporem às teorias racionalistas e institucionalistas, que pregavam que a mudança institucional bastaria para assegurar o apoio à democracia, ambos autores recolocaram a centralidade do entendimento da sociedade como uma variável importante para se compreender a estabilidade da democracia e o autoritarismo no Brasil. Apesar de não se utilizarem do conceito de personalidade autoritária, algumas de suas análises incluíram aspectos do que veio a ser denominado “personalidade autoritária”. A desconfiança generalizada remete à ideia de projetividade, pois o indivíduo que não quer admitir impulsos que fazem parte dele mesmo tende a apontar esses impulsos nos outros. O resultado são crenças irrealistas de qualidades negativas nos outros. Por exemplo, “Se um indivíduo insiste que alguém tem desígnios hostis sobre ele e não podemos encontrar nenhuma evidência de que isso seja verdade, temos uma boa razão para suspeitar que nosso sujeito tem intenções agressivas e está buscando justificá-las por meio de projeções.” (ADORNO, 2019). Verifica-se como a projetividade pode ser um fator causador de desconfiança generalizada, seja ela dirigida a instituições ou a relações interpessoais. Além disso, González e col. (2021) também apontam similaridades entre o fenômeno da “democracia inercial” de Baquero e a teoria da personalidade autoritária:

“Algumas dessas características estão associadas à presença de um alto grau de convencionalismo, como o respeito reverencial pela autoridade (o “você sabe com

quem está falando” referido por Matta (1979)). Porém, ao lado do convencionalismo, há também elementos de agressividade no suporte de determinadas políticas. O moralismo esteve presente de forma constante em grande parte das eleições brasileiras, indicando que é um fator de mobilização do eleitorado mais importante do que a divisão ideológica tradicional entre direita e esquerda ou entre capital e trabalho.”

4 EDUCAÇÃO E AUTORITARISMO

Neste capítulo, serão feitas considerações teóricas acerca das relações entre educação e autoritarismo. O foco da discussão será em torno do potencial da educação em promover autoritarismo ou combatê-lo.

A relação entre educação e autoritarismo é apontada já por Horkheimer, no prefácio de “Estudos sobre a Personalidade Autoritária”. O filósofo alemão introduz o livro afirmando que “o intuito do livro não é desenvolver uma propaganda para a tolerância, nem refutar os erros e mentiras que embasam preconceitos, mas desenvolver uma pesquisa sociopsicológica que fomentar uma educação democrática”. O próprio Theodor Adorno fez escritos que fazem um apelo à uma educação anti-fascista e, conseqüentemente, anti-autoritária e democrática. Por conseguinte, justifica-se a apresentação das conexões entre educação e autoritarismo num modo geral e do potencial da educação de minar o mesmo.

Além disso, as teorias da cultura política, conforme explicitado acima, partem do pressuposto de que a socialização é fundamental para a formação de valores e atitudes políticas. A socialização, como fenômeno de formação do ser humano em sociedade, é um processo fortemente influenciado pela passagem desse ser pelas instituições educacionais. Portanto, algumas das teorias da cultura política também consideram que a educação promovida pelas instituições educacionais (escola, universidade, ...) é um fator importante na interiorização de valores políticos, sejam eles democráticos ou autoritários (BAQUERO e MORAIS, 2018).

A presente pesquisa define a educação tal como Schlesener (2021, p.1):

“Partimos do pressuposto que todo o processo de formação da sociedade, processo que entendemos como educação em sentido amplo, tem como base de sustentação as mais variadas formas de controle e repressão. O conceito de educação que pressupomos aqui é o de que o nosso processo de socialização forma a nossa percepção e a nossa concepção de mundo, numa dinâmica que se estende do nascimento até a morte. Educar implica preparar para um projeto de civilização, o que revela o conteúdo político do processo educativo. Na sociedade capitalista, a educação se apresenta como um processo de adaptação dos indivíduos às necessidades e exigências do modo de produção, processo educativo que ocorre a partir das relações familiares e sociais e, mais especificamente no sistema escolar”

A educação, nesse sentido, é o processo de socialização como um todo. Esse processo não é neutro e é, necessariamente, político. A partir dele a sociedade prepara o indivíduo para o projeto de civilização que se quer. Por isso, uma sociedade que se pretende autoritária tende a

realizar uma educação autoritária. Já uma sociedade democrática realizará uma educação democrática. Por conseguinte,

“a formação da personalidade se faz no processo de socialização do indivíduo, ou seja, a partir das relações familiares e sociais a criança desenvolve as suas representações emocionais e psicológicas, além das representações racionais, que podem engendrar o seu modo de ser feliz ou reprimido, liberto ou submisso na vida adulta.” (SCHLESENER, 2021, p. 3)

A autora prossegue e realiza uma conexão histórica entre o fascismo, descrito por Adorno nos anos 50, e os tempos atuais. Atualmente, seria o neoliberalismo o responsável pela manutenção da personalidade autoritária. Trata-se de “uma visão de mundo utilitarista e fragmentada que sustenta uma política econômica perversa condizente com a nova fase de financeirização do capital.” (SCHLESENER, 2021, p. 4-5). A ideologia neoliberal reduz o processo educativo às exigências do mercado. O resultado seria a criação de trabalhadores docéis, submissos e consumidores. De um ponto de vista das políticas educacionais, o neoliberalismo as transforma em meios de transmissão de uma educação que a autora chamou de “repressora”. Ou seja, uma educação que promove o autoritarismo.

“Na perspectiva das políticas educacionais, os Estados periféricos submetem-se aos preceitos dos organismos internacionais, que subscrevem a política neoliberal, a pretexto de auxiliar as nações periféricas, assessoram os governos na implementação de ideias e instrumentais específicos na formação desta concepção de mundo. Essa posição expressa-se na implementação de currículos que se propõem desenvolver habilidades e competências próprias para exercer funções no mundo do trabalho; em tais políticas transparece a fragmentação do ensino e o fortalecimento do que chamamos de educação repressiva.”

Como será demonstrado adiante, o Brasil, sendo um país periférico, não se mostrou imune às políticas educacionais de cunho neoliberal que promovem uma educação repressiva.

Na mesma esteira se encontra a educação promovida pelas universidades. Conforme Maia e Antunes (2020), por conta do neoliberalismo a educação universitária

“[...]passa a ser considerada um bem privado cuja finalidade é especificamente econômica e, com isso, se deslegitima o caráter público da instituição universitária junto à ideia de que a educação é um direito universal a ser garantido por ações do Estado. Impõe-se a privatização e o ajustamento de todos os processos educativos à lógica do mercado, limitando o que se ensina a uma concepção instrumental do saber. Nesse sentido, as questões que estamos tratando, das desigualdades históricas e da violência social como questões a serem compreendidas e transformadas na formação universitária, ficam deslegitimadas, tal como o ideal de uma formação cidadã, que

prepare o estudante para o exercício da democracia, não somente para o exercício de uma profissão”

Um autor que ajuda a compreender o papel da educação na sociedade é Antonio Gramsci. Gramsci viveu durante o regime fascista na Itália e, enquanto estava encarcerado por ele, escreveu algumas reflexões teóricas sobre a educação e algumas propostas sobre como ela deveria ser. O fato de ter se oposto ao regime fascista o torna mais pertinente para esta pesquisa pois, conforme Adorno (2019), o fascismo pode ser considerado o ápice do autoritarismo.

De acordo com Piletti e Praxedes (2011) Gramsci propôs um modelo de escola chamado de “escola unitária”. Nela, se deveria aprender tanto as questões teóricas, literárias e filosóficas quanto as habilidades práticas, manuais e voltadas para o trabalho produtivo. Esse modelo de escola era uma crítica à separação ocorrida no capitalismo, onde as habilidades primeiras são realizadas nas escolas voltadas para as classes dominantes e as segundas seriam para formar as classes trabalhadoras, subalternas. Quando se nota as tentativas de transformar a escola, em tempos mais atuais, em uma “fábrica” de mão de obra, tal como as teorias do “capital humano” citadas acima o fazem, é essa a separação que Gramsci criticava e tentava superar. Esses tipos de escola, conforme Gramsci, acabam aprofundando as desigualdades sociais. Levando em conta os apontamentos de Adorno (2019), a naturalização das hierarquias é um dos aspectos da personalidade autoritária. Além disso, a aversão a questões teóricas faz parte da anti-intracção. O modelo de escola voltado para as classes subalternas que Gramsci criticava poderia vir a acentuar o fenômeno da personalidade autoritária, por isso.

Outros conceitos gramscianos que podem vir a esclarecer a relação entre educação e autoritarismo são os de hegemonia e intelectual. A hegemonia se trata das estratégias que as classes dominantes usam para se manter no poder. É ela que garante o consenso em relação ao sistema de dominação vigente. Instituições como as de ensino, as igrejas, entre outras servem como instrumentos de manutenção de uma hegemonia, mas também podem servir para criar uma nova hegemonia. Já as pessoas que desempenham o papel de intelectuais na sociedade são aquelas que asseguram a hegemonia (PILETTI e PRAXEDES, 2011). Nessa categoria, se incluem os professores. Sendo assim, a educação formal pode servir para criar pessoas de todo o tipo, autoritárias ou não. Governos mais autoritários tenderão a fazer políticas educacionais que garantam a obtenção de consentimento por parte da população. Ao fazer isso, estarão ajudando a formar personalidades autoritárias. Mas de maneira parecida, a educação formal

também tem o poder de impulsionar a sociedade para a construção de uma nova hegemonia. Conclui-se que o tipo de educação formal que está sendo efetuada é o fator determinante para saber se essa educação está formando personalidades autoritárias ou não.

5 EDUCAÇÃO E AUTORITARISMO NO BRASIL

Neste capítulo serão feitas considerações sobre o potencial da educação brasileiro de combater ou de incutir a personalidade autoritária. Como os dados a serem analisados foram coletados em 2018 e a média da idade dos respondentes é de aproximadamente 42,61 anos, será dada uma atenção especial às políticas educacionais do período que vai da ditadura militar até a eleição de 2018, visto que as políticas educacionais ocorridas durante o Governo Bolsonaro não poderiam produzir efeito sobre os dados aqui analisados e as políticas educacionais ocorridas no período anterior à ditadura militar têm pouco efeito sobre os mesmos dados.

Outro motivo para focar o seguinte período político diz respeito aos acontecimentos políticos significativos desse período. A ditadura militar representou um retrocesso considerável nos direitos políticos da população em relação à forma de regime político anterior. Após isso houve um período de transição que culminou em uma nova experiência democrática no país. Por fim, certos aspectos dessa experiência democrática acabaram por dar indícios de instabilidade e autoritarismo. Tais eventos políticos acabaram se refletindo nas políticas educacionais brasileiras desse período.

O papel da educação no Brasil (considerando a educação formal, aquela realizada nas instituições educacionais, como a escola e a universidade), nem sempre foi combater o autoritarismo e promover a cidadania, no sentido republicano. De acordo com Bernardes (2021), no início da colonização a educação formal era disponível apenas para os mais ricos. Foi apenas com a revolução de 1930 que ela se popularizou. Todavia, durante a era Vargas, ela era voltada principalmente a formação para o mercado de trabalho.

“consolidando uma dualidade no ensino entre educação profissionalizante e educação voltada para o ingresso no ensino superior (SAVIANI, 1999). A Reforma Francisco Campos, em 1931, consolidada pelo Decreto nº 18.890, de 18 de abril de 1931, foi a primeira reforma educacional de nível nacional, atingindo o ensino secundário, comercial e superior e aumentando os anos de estudo de cinco para sete anos, assim como estabelecendo a necessidade de frequência obrigatória. A necessidade de mão de obra minimamente qualificada para trabalhar nas indústrias impulsionou a necessidade de alfabetização e escolarização mínima da população; contudo, manteve-se a diferenciação entre as escolas técnicas, para as classes menos favorecidas, e as escolas de elite, em sua maioria particulares, focadas em formar lideranças que seguiriam os estudos a nível superior (FREITAG, 2005).” (BERNARDES, 2021, p. 78)

Tal padrão de ensino teria continuado nos anos da ditadura militar. Além disso,

“O período marcado pelo regime militar foi especialmente danoso para a educação voltada à cidadania, uma vez que a disciplina de moral e cívica tinha a função prática de legitimar as estruturas governamentais autoritárias do regime, abolindo as disciplinas de sociologia e filosofia em 1969 (MARTINS, 2003).” (BERNARDES, 2021, p. 78-79)

A abolição das disciplinas de sociologia e filosofia retira o caráter antiautoritário da educação formal, pois essas disciplinas ajudam a entender os pressupostos da democracia e promovem o respeito em relação ao outro e a desnaturalização das desigualdades.

A ditadura militar promoveu mudanças educacionais compatíveis com o seu modelo econômico (ROSÁRIO, 2017). Um pouco do contexto histórico sobre os debates sobre desenvolvimento que aconteciam, no Brasil, na época do golpe de 1964 pode ajudar a elucidar essa questão. Naquela época, a ideologia nacional-desenvolvimentista, promovida por Vargas e por outros, estava sendo a ideologia dominante dos donos do poder político. A ditadura militar veio a ser uma contraposição a esse modelo. A mudança promovida por ela pode ser vista como um exemplo daquilo que Gramsci chamou de “Revolução Passiva”, onde as classes dominantes precisam “fazer concessões para se manter no poder” (ROSÁRIO, 2017). Nesse sentido, a ideologia nacional-desenvolvimentista baseada na substituição de importações dependente de capital estrangeiro, que até então era apoiada pela burguesia nacional, foi substituída pela ideologia de desenvolvimento da ditadura militar. O modelo de desenvolvimento defendido por ela era o “desenvolvimento com segurança, mantendo e incrementando o modelo econômico associado ou “subordinado” ao capital estrangeiro” (ROSÁRIO, 2017). A ideologia que fundamentou boa parte das medidas da ditadura militar era a “Doutrina da Segurança Nacional”. Levando em conta o clima de Guerra Fria presente na época, a “Doutrina de Segurança Nacional” pregava a existência de uma guerra interna, luta contra o comunismo dentro do próprio país. Partindo do pressuposto de uma suposta “ameaça comunista”, diversos tipos de censura, perseguição e repressão puderam ser feitos pelo governo. Todo esse contexto não deixou de afetar o próprio campo educacional do país. Isso pode ser evidenciado pela análise das leis 5540/68 e 5692/71. Conforme (ROSÁRIO, 2017, p. 9):

“Com a aprovação da Lei 5540/68 o governo cerceou a liberdade de produção científica nas universidades quando por meio de tais mudanças institucionais legais e aleatórias, limitou alunos e docentes quanto a suas práticas na condição de pesquisadores e podemos afirmar que nas universidades não havia assegurado nem

mesmo o direito a discutir ideias em simples conversas informais se estas não estivessem de acordo com o ideal capitalista.”

A censura das universidades provavelmente diminuiu a sua capacidade de promover uma educação antiautoritária. A impossibilidade de realização de críticas promove a obediência cega, traço da submissão autoritária. Ela também é baseada na anti-intracção, pois impele o indivíduo “não pensar nas coisas sórdidas da vida” (ADORNO, 2019) e manter o pensamento apenas em coisas felizes. Isso fica mais evidente quando se analisa um dos slogans da ditadura militar: “Brasil, ame-o ou deixe-o”. Essa afirmação carrega em si os traços da censura, dando a entender que o sujeito que apontar críticas ao sistema terá de deixar o país.

Já a lei 5692/71 se baseou nas reformas do primeiro e segundo grau de ensino. Agora o ensino técnico profissionalizante passou a ser obrigatório naquilo que era conhecido como segundo grau. Ao invés da formação de cidadãos com ideais democráticos, o que foi privilegiado com essa reforma foi a formação de mão-de-obra barata qualificada. Isso pode ter potencialmente formado uma geração de pessoas mais autoritária, por conta do fato delas terem tido uma educação autoritária.

A visão pedagógica do regime militar está posta de maneira clara por um documento elaborado pelo Instituto de Estudos Políticos e Sociais (IPES). O IPES foi fundado em 1961 e tinha como objetivo fazer a

“doutrinação por meio de guerra psicológica, fazendo uso dos meios de comunicação de massa como o rádio, a televisão, cartuns e filmes, em articulação com órgãos da imprensa, entidades sindicais dos industriais e entidades de representação feminina, agindo no meio estudantil, entre os trabalhadores da indústria, junto aos camponeses, nos partidos e no Congresso, visando a desagregar, em todos esses domínios, as organizações que assumiam a defesa dos interesses populares.” (SAVIANI, 2008, p. 4)

O documento colocava os objetivos da educação nacional como sendo uma desenvolvedora da produtividade e da renda.

“Em torno dessa meta, a própria escola primária deveria capacitar para a realização de determinada atividade prática; o ensino médio teria como objetivo a preparação dos profissionais necessários ao desenvolvimento econômico e social do país; e ao ensino superior eram atribuídas as funções de formar a mão-de-obra especializada requerida pelas empresas e preparar os quadros dirigentes do país (Souza, 1981, p. 67-68).” (SAVIANI, 2008, p. 5)

Conforme (SAVIANI, 2008), o IPES veio a definir propostas pedagógicas que vieram a fundamentar políticas educacionais durante a ditadura. A ideia por trás dessas políticas era a da “teoria do capital humano”; na educação como formação de recursos humanos para o desenvolvimento econômico dentro dos parâmetros da ordem capitalista;”. Percebe-se como as políticas educacionais dificilmente são desvinculadas da proposta de desenvolvimento em que fazem parte. Essa “teoria do capital humano” veio a fundamentar as reformas de primeiro e segundo grau supracitadas e a fundação do MOBRAL (Movimento Brasileiro de Alfabetização).

Houve, também, um enorme incentivo à expansão da educação formal privada enquanto a educação formal pública teve uma redução orçamentária significativa (SAVIANI, 2008). Houve um enorme aumento do ensino superior privado por conta de políticas educacionais que incentivaram esse fenômeno, em uma tendência que, de acordo com Saviani (2008), se perpetuou durante os dois primeiros governos Lula. A privatização do ensino faz com que as instituições educacionais ajam como empresas num processo que, conforme já foi explicitado no capítulo anterior, instrumentaliza o saber para uma lógica do mercado, ao invés de buscar uma formação do aluno que fomente a internalização de valores democráticos e, conseqüentemente, combata o autoritarismo.

A educação formal voltada para a cidadania só teria sido implementada a partir da redemocratização, em 1985. Em 1996, foi criada a LDB, Lei de Diretrizes e Bases, que reforçou o papel da educação como promotora da cidadania. Ela deixa claro que um dos papéis da educação é a preparação do aluno para o exercício da cidadania. A partir daí,

“reforçou-se a obrigatoriedade da educação básica e gratuita e a criação de programas suplementares que auxiliavam os jovens a efetivar seu acesso à educação, como programas de material didático, transporte e alimentação. Passou a ser prerrogativa do governo não apenas universalizar o acesso à educação, como também oferecer um ensino de qualidade que permitisse uma maior inclusão cidadã” (BERNARDES, 2021, p. 78)

Mais uma mudança ocorrida a partir da LDB e da Constituição de 1988 foi a implementação da gestão democrática de ensino em todas as unidades públicas de educação básica do país. Tal modelo de gestão educacional foi defendido com base no entendimento de que “formar cidadãos para uma sociedade participativa e igualitária pressuporia vivências

democráticas no cotidiano escolar, trazidas na presença de mecanismos participativos de gestão na própria escola e nos sistemas de ensino” (ADRIÃO e CAMARGO, 2002). A implementação da gestão democrática, todavia, foi feita com certas limitações.

A constituição de 1988 estabeleceu que o ensino público deve ser feito tendo uma gestão democrática. Observa-se que apenas o ensino público foi mencionado. Mas e o ensino privado? Em uma sociedade que estava começando a se definir como democrática seria de se esperar que todas as formas de ensino fossem pautadas por uma gestão democrática. Ademais, a Constituição em vista deixa claro que a legislação referente aos por menores da gestão democrática deverá ser feita no futuro. Ela deixa, assim, uma margem para como deverá ser definida legalmente esse tipo de gestão e protela a implementação dela para um futuro indefinido (ADRIÃO e CAMARGO, 2002).

Mais tarde, seria a LDB de 96 que viria a formalizar, de fato, a gestão democrática de ensino no Brasil. Mas, novamente, existem limitações para essa gestão democrática. A primeira se refere à mal definição das normas que deveriam reger essa gestão. A LDB se limita a descrever que os profissionais da educação devem participar no processo de construção do projeto pedagógico da escola e que os membros da comunidade escolar e local devem participar, também, dessa gestão. Ao não descrever os pormenores de como deveria funcionar a gestão democrática escolar, a LDB deixa ao encargo de estados e municípios “a decisão de importantes aspectos da gestão, como a própria escolha dos dirigentes escolares.” (PARO, 2007). Ela também preconiza que é dever do estado garantir que a educação escolar pública tenha padrões mínimos de qualidade de ensino para que a escolarização pública seja universal. Essa base legal é importante para que se possam ser feitas reivindicações nesse sentido. Ademais, as escolas devem contar com autonomia no processo de decisões transformado, assim, esse processo em uma estrutura descentralizada e, por conseguinte, menos autoritária, no sentido de imposta de cima para baixo. Esses elementos contribuíram para a oferta de uma educação formal com um maior potencial de ser antiautoritária, no Brasil.

Após os governos FHC, os governos Lula e Dilma continuaram a implementar medidas para a universalização da educação. Uma dessas medidas foi o Programa Bolsa Família que “tinha como condição para recebimento do benefício atestar a frequência escolar das crianças de famílias beneficiárias” (BERNARDES, 2021, p. 82). Isso contribuiu para a universalização

da Educação Básica. Diversas políticas públicas e legislações foram implementadas no âmbito educacional.

“Em 2005 foi criada a Prova Brasil (com foco na avaliação da educação básica) e institucionalizado o Programa Universidade Para Todos (PROUNI), que utiliza o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) como forma de entrada na universidade, orientado pelo Sistema de Seleção Unificada (SISU), ampliando a possibilidade de acesso de jovens de todo o país à educação superior. Em 2005 também inicia o movimento Todos pela Educação, que foi materializado como política pública em 2006, por meio do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE). Na sequência, foram implementadas legislações garantidoras de custeio da educação, como o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB), também em 2006, e o Plano de Ações Articuladas (PAR) em 2007 (WERLE, 2014).” (BERNARDES, 2021, p. 83)

Mais tarde, outras políticas públicas foram implementadas nesse âmbito e o investimento na educação como um todo acabou aumentando (BERNARDES, 2021). Uma análise semelhante é realizada por Maia e Antunes (2020, p. 5):

“É verdade que o ensino, no Brasil, desde a vinda da família Real, jamais foi democrático – nas escolas de primeiras letras e liceus do Império estudavam os filhos das classes mais abastadas e nas universidades brasileiras apenas em 1887 se formou uma mulher – mesmo ano que se formou Nilo Peçanha, primeiro presidente negro do Brasil que sucedeu Afonso Pena em 1909. Se durante a ditadura militar passamos por um processo de democratização do ensino básico – com inegáveis problemas de qualidade –, a democratização do ensino superior do Brasil ainda é um processo em andamento, que iniciou com programas como FIES, PROUNI e REUNE, além das políticas de cotas.”

Maia e Antunes (2020) argumentam que as políticas de cotas ajudam a combater o preconceito, pois ajudam a desfazer as desigualdades que são naturalizadas por eles. Além disso, Maia e Antunes (2020), citando Brasil (2012), ressaltam que esse documento, “estabelece as diretrizes para uma educação em direitos humanos na universidade, confere às IESs a responsabilidade de colaborar com “a erradicação da pobreza, do preconceito e da discriminação, reconstrução pós-conflito e compreensão multicultural”. A partir do momento em que a educação superior promove uma educação baseada em direitos humanos, ela ajuda a minar o preconceito e, conseqüentemente, de acordo com a teoria que embasa esta pesquisa, o autoritarismo.

No que concerne aos programas Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) e o Programa Universidade Para Todos (ProUni), cabe fazer um adendo. Eles fazem parte de uma política

educacional que resultou em um aumento do setor privado no campo da educação superior do Brasil. O processo de expansão do ensino superior privado no Brasil ocorreu desde a ditadura militar (SAVIANI, 2008). Todavia, desde a criação dos programas citados acima, houve uma expansão significativa dessa modalidade de ensino. O Fies foi criado em 1999 e se baseia na concessão de empréstimos para estudantes para que eles possam arcar com os custos do ensino superior privado. Entre 2010 e 2015, houve uma diminuição na taxa de juros referente a esses empréstimos, fazendo que eles não fossem mais referenciados pela taxa Selic (LEHER, 2019). Logo, o Estado teve de arcar com os custos dessa diminuição na taxa de juros. Em 2005 foi criado o ProUni, que permite que estudantes tenham os custos de seu ensino superior privado significante reduzidos ou até anulados, por meio da concessão de bolsas parciais ou integrais. As Instituições de Ensino Superior (IES) privadas, como forma de contrapartida por essa concessão de bolsas, recebem uma isenção tributária. Como resultado, a lucratividade das corporações educacionais acabou estando relacionada aos “repasses de recursos do fundo público aos grupos econômicos” (LEHER, 2019). Muitas das IES privadas beneficiadas por esses programas se utilizam de uma educação formal totalmente à distância. Por conseguinte, é possível afirmar que o Estado tem propiciado a expansão de formas de educação que, por serem à distância, são de qualidade inferior. Isso afeta, inclusive, a formação de professores de Educação Básica. Segundo Leher (2019, p. 174-175):

“As universidades públicas possuem 584 mil estudantes de licenciatura, dos quais 109 mil a distância, basicamente na Universidade Aberta do Brasil, consórcio de instituições que atua na formação docente. As privadas, por sua vez, possuem perto de um milhão de licenciandos, dos quais 633 mil estão em cursos a distância. O problema se agrava quando se constata que as organizações com fins lucrativos possuem 489 mil desses estudantes, 77% do total.”

Tal cenário, ao prejudicar a qualidade do ensino superior no geral e, conseqüentemente, a qualidade do ensino de Educação Básica, pode causar uma diminuição no potencial da educação formal de produzir uma educação que combate o autoritarismo. Afinal, uma formação de baixa qualidade dificilmente pode internalizar valores democráticos.

Por fim, cabe fazer um adendo sobre o ensino de sociologia no ensino médio brasileiro. A sociologia é uma matéria que produz a reflexão crítica sobre a sociedade e a problematização de questões naturalizadas. Também ajuda a compreender pessoas diferentes, o que reduz o preconceito e o etnocentrismo. Por diversos motivos ela é uma área do conhecimento que tem

o potencial de ajudar a formar indivíduos não autoritários. Talvez seja por isso que ela é uma matéria que dificilmente é mantida no currículo obrigatório escolar durante governos mais autoritários no Brasil. Afinal, caso ela fosse mantida, poderia substituir a hegemonia autoritária por uma mais democrática, por meio da mudança de personalidades através da educação.

Segundo Bodart e Feijó (2020), a partir de 1971 a sociologia ingressou como uma disciplina optativa nos cursos de segundo grau. Entre 1984 e 2008 ela passou a, gradualmente, fazer parte de maneira obrigatória nos currículos do Ensino Médio. Mas, vai ser só a partir de 2008 que ela passa a ter a sua obrigatoriedade concretizada como disciplina em todas as séries do Ensino Médio no país. Essa obrigatoriedade, entretanto, passou a ser ameaçada com a Reforma do Ensino Médio que foi materializada na forma de lei em 2017.

Esta breve análise das políticas educacionais aqui feita serve para exemplificar os conceitos de Gramsci, no que se refere ao uso das práticas pedagógicas como forma de manutenção de uma hegemonia. Durante a ditadura militar a educação formal foi voltada para a formação de uma mão de obra não questionadora. Suas políticas educacionais foram baseadas nas teorias do “capital humano” constituindo, assim, aquilo que Schlesener (2021) denominou “educação repressiva” e também constituindo o modelo de educação tecnicista voltada para as classes subalternas que Gramsci criticava. Logo, um regime autoritário buscou manter a sua hegemonia através de políticas educacionais que buscavam formar personalidades autoritárias. Mais tarde, com a redemocratização, as políticas educacionais passaram a visar uma educação mais democrática. Isso pode ser evidenciado pela gradual introdução da sociologia como obrigatória nos currículos do Ensino Médio, na implementação, na forma de lei, da Gestão Democrática nas escolas públicas do país, na introdução da política de cotas como forma de ingresso à universidade e na elaboração de programas como o Fies e o ProUni que auxiliam a democratização do ensino superior. Porém, como vimos, a implementação da gestão democrática nas escolas públicas e a dos programas Fies e Prouni vieram com contradições que potencialmente minam o seu potencial de realizar uma educação antiautoritária. O resultado, é o questionamento: Será que a educação formal no Brasil, durante o período aqui analisado, realmente ajuda a formar personalidades não autoritárias?

6 ANÁLISE DOS DADOS

Como dito anteriormente, os dados a serem analisados serão provenientes da sétima onda da WVS no Brasil, realizada em 2018 (HAERPFER e col., 2022). A escolha para as variáveis que vieram a compor a escala foi feita de maneira teórica e estatística. Elas precisavam ser ordinais, para que pudessem ser transformadas em variáveis quantitativas, e precisavam expor uma ou mais das dimensões do autoritarismo, conforme a teoria que embasa esta pesquisa. O quadro a seguir mostra as variáveis que compuseram a escala, assim como a dimensão do autoritarismo que elas medem e o número de alternativas de cada uma delas.

Quadro 1 - Variáveis da escala de autoritarismo			
Número	Questão	Aspecto relacionado	Alternativas
Q27.	Um dos meus principais objetivos na vida é fazer meus pais se orgulharem de mim.	Submissão autoritária	4
Q28.	Quando a mãe tem um trabalho remunerado, as crianças sofrem.	convencionalismo	4
Q34.	Quando há poucos empregos, os empregadores deveriam dar mais prioridade aos brasileiros do que aos estrangeiros	agressividade autoritária	3
Q37.	Ter filhos é um dever que temos para com a sociedade	submissão autoritária	3
Q39	As pessoas que não trabalham ficam preguiçosas	anti-intracepção	3
Q40	Trabalhar é uma obrigação para com a sociedade	submissão autoritária	3
Q41	O trabalho deve vir sempre em primeiro lugar, mesmo que isso signifique menos tempo livre.	anti-intracepção	3
Q45	Mais respeito pelas autoridades	submissão autoritária	3
Q169	Toda vez que existe conflito entre Religião e Ciência, a Religião sempre está certa.	superstição e estereotipia	4
Q170	A única religião aceitável é a minha religião.	destrutividade e cinismo	4

Fonte: Elaboração própria

Cada uma das variáveis corresponde a uma dimensão do autoritarismo. Entretanto, isso não quer dizer que ela não pode corresponder a alguma outra dimensão, tal como os itens que compuseram a escala F.

A questão “Q27” invoca uma submissão autoritária pois o indivíduo demonstra um desejo de fazer as vontades dos pais, sejam elas quais forem. Dois dos itens da escala F original que remetem à submissão autoritária apresentam similaridades com essa questão. São eles “Quem não sente amor eterno, gratidão e respeito por seus pais é um sujeito realmente desprezível”, “Nenhuma pessoa em sã consciência, normal e decente, jamais poderia pensar em ferir um parente próximo ou parente” (ADORNO, 2019). A busca exagerada pela aprovação parental foi associada com a submissão autoritária por conta de uma explicação psicanalítica. A associação feita é a seguinte, “A hostilidade contra as autoridades do *ingroup*, originalmente os pais, teve de ser reprimida; os aspectos “ruins” dessas figuras - que eles sejam injustos, egoístas, dominadores - são então vistos como existindo nos *outgroups* [...]” (ADORNO, 2019). É nesse sentido que pode ser feita a ligação entre submissão em relação aos pais e o preconceito de um modo geral.

A questão “Q28” pode demonstrar convencionalismo por conta do papel de gênero à qual a mulher deveria se submeter que está implícito. A mulher que trabalha é vista como uma mãe ruim pois se espera que as mães não trabalhem. Ao não se encaixar nesse estereótipo sexista, a mãe que trabalha estaria rompendo um valor convencional. Por isso, essa variável pode ser uma medida de convencionalismo.

A questão “Q34” revela uma hostilidade em relação a um *outgroup*. No caso, os estrangeiros. O sentimento que é originalmente destinado a figuras do *ingroup* do indivíduo, como possivelmente os pais, acaba sendo dirigido para pessoas de *outgroups*. Isso ocorre por conta do mecanismo de defesa denominado deslocamento. Como um sentimento de hostilidade em relação a alguém do *ingroup* causa angústia, esse sentimento é deslocado para outro objeto. No caso, os estrangeiros. A associação entre agressão autoritária e preconceito em relação a estrangeiras é feita em Adorno (2019), em sua explicação da agressão autoritária: “Já foi sugerido que esse mecanismo poderia estar por trás da rejeição etnocêntrica de grupos tais como *zootsuiters*, estrangeiro e outras nações; [...]”. O etnocentrismo medido por essa variável também pode revelar a dimensão de superstição e estereotipia por estar baseado em

estereótipos, ou com a dimensão de destrutividade e cinismo por pressupor uma classificação entre seres humanos superiores e inferiores.

A questão “Q37” mede uma submissão do indivíduo a pressões externas. A obediência cega a valores impostos pela sociedade revela uma tendência generalizada a se submeter. Além disso, ela também pode ser relacionada com o convencionalismo, pois ter filhos pode significar a criação de uma família nuclear, um valor que pode ser considerado convencional.

A questão “Q39” demonstra uma valorização infundada do trabalho. Ela pode revelar uma tendência à anti-intracção pois o indivíduo com essa característica tende a querer se ocupar com coisas práticas da vida, como o trabalho, como uma forma de evitar a reflexão sobre si próprio e sobre os fenômenos humanos pois ele poderia acabar pensando coisas “erradas” ou refletindo sobre questões reprimidas de si. Além disso, parece haver um julgamento moral presente nessa afirmação, o que poderia caracterizar uma agressividade autoritária ou um convencionalismo.

A questão “Q40” indica uma submissão autoritária e também a anti-intracção. Não só é perceptível a valorização do trabalho como também é evidente uma submissão exagerada frente às exigências da sociedade.

A questão “Q41” mostra a dimensão da anti-intracção. Sozinha, essa afirmação não teria poder de medição do autoritarismo. Inclusive, ela pode ser resultado de uma situação econômica desfavorável, o que forçaria o indivíduo a ter uma valorização do trabalho em detrimento do tempo livre. Entretanto, quando relacionada com as outras variáveis do índice, ela pode ter o poder de descrever uma valorização do trabalho cuja causa seja a personalidade autoritária. A sua relação com a escala F original se dá por conta da similaridade que ela apresenta com um dos itens da escala F que dizia respeito à anti-intracção. Esse item, é o seguinte: “Embora o lazer seja bom, é o trabalho árduo que faz a vida interessante e valer a pena.”.

A questão “Q45” segue um modelo diferente das anteriores. As anteriores eram afirmações onde as alternativas mediam, ordinalmente, os níveis de concordância. Já essa questão pergunta ao respondente se, no futuro, nosso modo de vida nos próximos anos, um maior respeito pelas autoridades seria algo bom, mais ou menos, ou ruim. De qualquer forma, se trata de uma variável ordinal, também. No caso, essa variável tem o poder de medir a

submissão autoritária, pois não se menciona qual por autoridade se deveria ter mais respeito, o que indica uma tendência generalizada a se submeter a qualquer autoridade cegamente.

Já as questões “Q169” e “Q170” seguem o mesmo modelo das iniciais. Elas são afirmação onde o respondente marca o quanto ele concorda com elas. A “Q169” demonstra superstição e estereotipia pois há uma tendência a desvalorizar a Ciência em nome de crenças “místicas e irracionais”, no caso a religião. A questão “Q170” demonstra um preconceito em relação a religiões diferentes. Como a religião é algo ligado à cultura do indivíduo, esse preconceito pode ser considerado uma forma de etnocentrismo, ou seja, um preconceito com outras culturas. Por isso, essa variável pode medir a agressão autoritária ou a destrutividade e cinismo, que são dimensões caracterizadas por formas de etnocentrismo.

Apesar da personalidade autoritária ser fortemente marcada pela presença de preconceito (ADORNO, 2019), ele foi apenas tangencialmente medido pela escala aqui criada. Elementos de preconceito são medidos pelas questões “Q28”, “Q34” e “Q170”. Isso foi feito pois, seguindo o exemplo de Adorno (2019), o preconceito deve ser medido de maneira implícito, e não explícita. Isso é feito para evitar que os respondentes, ao perceberem que uma variável mede posicionamentos preconceituosos, mudem a sua resposta. É por isso que a escala F de Adorno (2019) foi feita com afirmações que mediam o preconceito, mas ao mesmo tempo faziam com que o preconceito tivesse alguma justificativa moral que permitiria o respondente a concordar com a posição preconceituosa da variável sem saber que o seu nível de preconceito está sendo medido. Por isso, algumas variáveis da sétima onda da WVS no Brasil que medem o preconceito de maneira mais explícita não foram incluídas, como, por exemplo, a variável “Q180”, que pergunta ao respondente o quanto a homossexualidade como ação se justifica.

A seguir, serão mostradas estatísticas referentes à escala. A primeira delas é o alfa de Cronbach. Esse, é um teste de confiabilidade. A confiabilidade é um aspecto importante das escalas pois, para uma escala medir algo de fato, é necessário que ela tenha uma consistência. Ou seja, o indivíduo que pontua alto em um dos itens da escala tem que tender a pontuar alto nos outros. O alfa de Cronbach é um teste de confiabilidade. A escala de autoritarismo aqui criada obteve um alfa de Cronbach de 0,629, o que significa que é uma confiabilidade aceitável na escala, já que está acima de 0,6 (HAJJAR, 2018). O total de unidades de observação que fizeram parte da escala é $n = 1762$. A pontuação mínima possível é 1 e a máxima possível é 4, sendo 1 o nível mais baixo de autoritarismo e 4 o mais alto. A média foi de aproximadamente

2,88 e o desvio padrão foi de aproximadamente 0,40. Como o desvio padrão foi menos da metade da média, a escala pode ser considerada como tendo uma distribuição normal. Isso possibilita a realização de um teste ANOVA, que vai responder à hipótese inicial. O teste ANOVA é realizado quando se quer

“[...] comparar médias entre três ou mais grupos diferentes. A análise de variância, ou ANOVA como é mais conhecida, pressupõe que queremos testar a diferença da associação entre uma variável contínua (que é a dependente) e outra variável nominal ou ordinal, com três categorias ou mais (que é a independente).” (RAMOS, 2014, p. 95)

A seguir, está o resultado do dito teste, realizado tendo como variável dependente a escala de autoritarismo e como variável independente a “Q275”, uma variável ordinal onde o respondente marca o seu nível de escolaridade.

Tabela 1 - Cruzamento entre nível de escolaridade e média do escore de autoritarismo

Nível de escolaridade	Número	Média	Desvio Padrão
Não frequentou a escola/pré-escola	86	3,1493	,38839
1ª a 4ª série - Anos iniciais do Ensino Fundamental (primário/elementar)	296	3,0586	,36072
5ª a 8ª. série - Anos finais do Ensino Fundamental (ginásio)	338	2,9771	,37365
Ensino Médio (Antigo 2º. Grau/científico)	735	2,8172	,37900
Educação superior (Graduação, Bacharelado, Lic.)	267	2,6669	,39221
Mestrado	7	2,5484	,39250
Doutorado	5	2,1886	,30836
Total	1734	2,8800	,40402

Fonte: WVS. Elaboração própria.

A primeira tabela se trata de um cruzamento entre a variável de escolaridade e a escala de autoritarismo. Como, em nenhum dos níveis de escolaridade, o desvio padrão é maior que a metade da média, a ANOVA pode ser realizada sem problemas. Percebe-se que, na amostra ao menos, quanto maior o nível de escolaridade, menor o nível de autoritarismo. O resultado da ANOVA foi de um nível de significância de 0,00 o que significa que existem diferenças entre as médias de autoritarismo dos diferentes grupos de escolaridade com aproximadamente 0% de chance de serem causadas por coincidências da amostra. Logo, muito provavelmente, essas

diferenças são, realmente, presentes na população brasileiras também, não apenas na amostra. O teste de *post-hoc* “Tukey” foi o teste realizado com a intenção de saber quais das diferenças entre médias de autoritarismo dos diferentes grupos de escolaridade são estatisticamente significantes. O resultado do teste foi de que várias das diferenças entre médias são, de fato, estatisticamente significantes no nível de 0.05. As diferenças entre médias que não foram significativas foram as entre: "Não frequentou a escola/pré-escola" e "1ª a 4ª série - Anos iniciais do Ensino Fundamental (primário/elementar)", "5ª a 8ª. série - Anos finais do Ensino Fundamental (ginásio)" e "1ª a 4ª série - Anos iniciais do Ensino Fundamental (primário/elementar)", "Ensino Médio (Antigo 2º. Grau/científico)" e "Mestrado", "Educação superior (Graduação, Bacharelado, Lic.)" e "Mestrado", "Educação superior (Graduação, Bacharelado, Lic.)" e "Doutorado", e "Mestrado" e "Doutorado." Apesar dessas diferenças não terem sido significativas, os dados apresentados, no geral, indicam uma comprovação da hipótese desta pesquisa. As diferenças estatisticamente significantes se concentraram mais nas diferenças entre níveis escolares do que nas de ensino superior e pós-superior. A causa para isso pode ser devido ao fato de a educação formal escolar ser, realmente, uma que tem um maior impacto sobre a personalidade autoritária na população. Mas, a menor presença de diferenças estatisticamente significantes entre os níveis de ensino superior e pós-superior também pode ser devida ao menor número de respondentes pertencentes a esses níveis de escolaridade na amostra.

Como forma de assegurar uma maior probabilidade de a associação aqui revelada ser, de fato, uma relação de causalidade e não apenas uma coincidência, o teste de hipóteses ANOVA pode ser feito com variáveis ordinais de classe econômica (subjetiva) e de idade. A variável de classe social “Q287” é uma onde o respondente marca qual a classe que ele sente que pertence. Como é o próprio respondente que se classifica, os resultados dizem mais sobre a percepção do respondente sobre qual classe ele pertence do que uma definição objetiva com parâmetros bem definidos sobre qual classe ele pertenceria. Mesmo assim, essa variável pode revelar algo sobre a relação entre autoritarismo e classe, no Brasil. Já a variável de idade é a “X003R”. Ela se trata de uma recodificação da variável “Q262” onde o respondente diz a sua própria idade. A recodificação transformou uma variável quantitativa em uma variável qualitativa ordinal de seis alternativas que vão de 16 anos até 65 anos ou mais. Isso permite a realização do teste ANOVA com uma variável de idade também. Verificar qual é a relação

entre autoritarismo e essas variáveis é pertinente pois, geralmente, existe uma relação positiva entre escolaridade e classe social e entre idade e escolaridade. A seguir, estão os cruzamentos entre as variáveis supracitadas e a escala de autoritarismo.

Tabela 2 - Cruzamento entre faixa de idade e escore de autoritarismo.

Faixa de idade	Número	Média	Desvio padrão
16-24	316	2,8069	,39480
25-34	355	2,7586	,38581
35-44	320	2,8322	,41261
45-54	304	2,9287	,39087
55-64	242	2,9803	,38906
65 anos ou mais	223	3,0865	,35636
Total	1761	2,8821	,40420

Fonte: WVS. Elaboração própria.

Tabela 3 - Cruzamento entre classe social subjetiva e escore de autoritarismo.

Classe social (subjetiva)	Número	Média	Desvio padrão
Classe alta	6	2,8808	,34165
Classe média alta	27	2,7427	,44549
Classe média	550	2,8682	,41231
Classe média baixa	537	2,8591	,39217
Classe baixa	565	2,9209	,39202
Total	1685	2,8810	,40037

Fonte: WVS. Elaboração própria.

Os cruzamentos revelam que, quanto maior a idade do indivíduo, maior tende a ser o seu autoritarismo, embora a diferença não seja muito grande, e que, no caso da classe social subjetiva do indivíduo, não parece haver uma diferença significativa de autoritarismo entre as diferentes classes sociais que o indivíduo diz pertencer. Os testes ANOVA comprovam que existem, de fato, diferenças estatisticamente significantes entre os diferentes grupos analisados. No caso das diferentes faixas de idade, as diferenças de médias foram significativas no nível de 0,00, o que significa que há 0% de chance das diferentes médias de autoritarismo entre os grupos sejam resultado de um viés na amostra. Já no caso das classes sociais, o teste ANOVA revelou um nível de significância de 0,027, o que significa que há apenas 2,7% de chance das diferenças entre médias entre os diferentes grupos sejam resultado de um viés na amostra. Entretanto, os testes de *post-hoc* de Tukey revelaram que a maioria das diferenças entre médias

de autoritarismo dos grupos de idade são significativas no nível de 0,05, enquanto a maioria das diferenças entre os grupos de classe não são significativas no nível de 0,05.

Portanto, o que ficou evidente é que essas últimas variáveis independentes analisadas (idade e classe) provavelmente não são as verdadeiras causadoras do fenômeno de que, quanto maior a escolarização, menor o autoritarismo. Isso reforça a relação de causalidade envolvendo escolaridade e autoritarismo, apontando para o fato de que, provavelmente, é a passagem do indivíduo pela escolarização que faz com que o seu autoritarismo fique mais baixo. Nesse sentido, os dados corroboram para a conclusão de que, no Brasil, a educação formal, no geral, realmente ajuda a combater o autoritarismo na população.

7 CONCLUSÃO

Durante o primeiro capítulo, “o conceito de autoritarismo”, foram feitas algumas considerações teóricas sobre o que é o autoritarismo e como deve ser definida a personalidade autoritária. Foi visto que o autoritarismo pode vir na forma de ideologia, de regime ou de personalidade. A personalidade autoritária foi definida com base em Adorno (2019), o estudo clássico sobre o assunto. Nesse estudo, as dimensões da personalidade autoritária são medidas pela escala F, uma escala cujo objetivo era o de medir tendências anti-democráticas, autoritárias ou, no ápice, fascistas. Cada uma das dimensões dessa escala foi explicada. Elas são: O convencionalismo, a submissão autoritária, a agressão autoritária, a anti-intracepção, a superstição e estereotipia, a destrutividade e cinismo, a projeção e o sexo. A relação entre autoritarismo, etnocentrismo e preconceito foi vital nesse estudo. Também foram apontadas relações entre o Estudo de Adorno (2019) e o de Mannheim (1986) sobre o fascismo. Além disso, foi deixado claro como a personalidade autoritária têm suas ligações com a sociedade onde essa personalidade está inserida e como a pessoa autoritária têm uma maior propensão a adotar ideologias autoritárias.

No segundo capítulo, “A personalidade autoritária no Brasil”, foram evidenciadas conexões entre a teoria da personalidade autoritária e produções das ciências sociais brasileiras referentes ao autoritarismo no Brasil. Longe de esgotar o assunto, foram feitas algumas conexões teóricas com algumas das principais produções sobre o autoritarismo no Brasil. O resultado foi de que algumas delas têm um maior poder explicativo para o fenômeno da personalidade autoritária no Brasil do que outras, sendo aquelas que tratam de aspectos culturais as que mais explicam esse fenômeno. Nesse sentido, as análises mais centradas na economia e luta classes, como as de Florestan Fernandes e de Theotônio dos Santos explicam pouco, pois abordam o autoritarismo a partir de interesses conscientes de classe ao invés de tendências inconscientes da personalidade. As reflexões de Schwarcz (2019) apresentam um maior poder explicativo, pois vários aspectos do preconceito e da intolerância são apontados por ela. A análise feita por De Holanda (2009) apresenta uma tendência dos ibéricos à obediência cega e à intolerância. A de Schwartzman (2015), por abordar o autoritarismo na forma Estado, ou seja, de regime, explica pouco da personalidade autoritária, mas inova por traçar uma conexão cultural entre o fascismo e as sociedades de Estado neopatrimonial. Da Matta (1984) apresenta

uma tendência cultural dos brasileiros à naturalização das hierarquias, um dos traços da personalidade autoritária. Gonzalez (1984) faz uma análise psicanalítica do racismo e do sexismo no Brasil, a partir dos estereótipos existentes sobre a mulher negra. Por isso, o seu estudo apresenta um maior poder explicativo sobre a personalidade autoritária, já que aborda o preconceito na sociedade brasileira a partir da psicanálise. Por fim, as teorias da cultura política também podem explicar aspectos da personalidade autoritária no Brasil, pois a desconfiança generalizada pode indicar a presença de projetividade no indivíduo que desconfia.

O capítulo 3, “Educação e autoritarismo”, realiza algumas reflexões teóricas sobre a relação entre ambos. Baseado nas análises de Gramsci e Adorno, Schlesener (2021) indicou as diferenças entre a “educação repressiva” e a “educação emancipadora”. Também foram apontados os conceitos gramscianos de hegemonia e de intelectual. Todos esses conceitos citados acima acabaram por auxiliar a análise das políticas educacionais no Brasil, no próximo capítulo, e a sua relação com a formação da personalidade autoritária através da educação formal.

O capítulo 4, “Educação e autoritarismo no Brasil”, fez uma breve análise das políticas educacionais no Brasil durante o período que vai da ditadura militar até o ano de 2018, assim como demonstrou a sua possível relação com a formação de uma personalidade autoritária. Concluiu-se que, durante esse período, houveram políticas educacionais que constitui uma “educação repressiva”, mas que também houveram políticas educacionais que ajudaram a constitui uma “educação emancipadora”.

Por fim, no capítulo 5, “Análise dos dados”, foi feita demonstrada a metodologia para a análise dos dados da sétima onda da WVS no Brasil, realizada em 2018, assim como o resultado das análises que buscaram testar a hipótese inicial. Primeiro, foi explicada a construção da escala de autoritarismo. Ela é resultado da média entre nove variáveis ordinais. O teste de confiabilidade “Alfa de Cronbach” demonstrou que ela tem uma confiabilidade aceitável. A seguir foram expostos três testes ANOVA que tiveram, respectivamente, variáveis ordinais de escolaridade, classe social e idade como variáveis independentes e a escala de autoritarismo como dependente. O teste ANOVA com a variável de escolaridade apontou para uma comprovação da hipótese inicial de que, quanto maior a escolaridade do brasileiro, menor o seu autoritarismo. Já o teste ANOVA com a variável de idade revelou que quanto maior a idade,

maior o autoritarismo, e o teste com a variável de classe revelou que não há uma diferença significativa de autoritarismo entre as diferentes classes sociais.

A análise dos dados corrobora para a o estabelecimento de uma relação de causalidade onde a educação formal causaria menos autoritarismo nas pessoas brasileiras. Porém, essa relação de causalidade não afirmada de maneira definitiva. Isso por que existe a possibilidade de haver uma outra variável que explica o fato de o autoritarismo ser menor em pessoas mais escolarizadas. Para que se possa averiguar de maneira mais definitiva se é realmente a escolaridade que causa o menor autoritarismo, é necessário fazer outras técnicas estatísticas que testem um maior número de variáveis independentes. Além disso, a realização de pesquisas qualitativas sobre a educação formal no Brasil pode evidenciar como essa educação causa uma diminuição do autoritarismo na população brasileira. Essa é uma lacuna a se preencher, visto que, nos periódicos da CAPES, não se encontram pesquisas desse tipo.

Levando em conta a realidade socioeconômica do Brasil, conclui-se que, para diminuir o autoritarismo presente na população, são necessárias políticas governamentais que façam esforços nesse sentido. O Brasil é um país com uma enorme desigualdade. Essa desigualdade acaba sendo, também, uma desigualdade educacional, afinal, alunos provenientes de famílias mais pobres tendem a ter menores chances de sucesso escolar e universitário, por conta de entraves relacionados à sua realidade econômica. Considerando que os achados deste estudo sugerem que a educação formal reduz o autoritarismo, os entraves ao sucesso escolar e universitário produzidos pela desigualdade podem vir a ser um fator que diminui a capacidade da educação formal brasileira de diminuir o autoritarismo na população.

Sendo assim, sugere-se as seguintes políticas governamentais, como forma de redução do autoritarismo no Brasil. Em primeiro lugar, por conta dos motivos explicados acima, as políticas de redução das desigualdades na forma de redução da pobreza são indispensáveis para que se possa assegurar o acesso à educação formal. Para se garantir o acesso à educação, também são necessários política de assistência estudantil e de ações afirmativas. Em segundo lugar, são necessárias políticas que garantam a quantidade e a qualidade da educação formal, em especial a educação pública. Em um país com tamanha pobreza e desigualdade, somente investimentos massivos na educação pública podem fornecer a quantidade e qualidade necessárias para se realizar uma educação formal antiautoritária em larga escala. Em terceiro lugar, o tipo de educação necessita ser antiautoritária. Caso contrário, a qualidade, a quantidade

e o acesso não surtirão efeito. Nesse sentido, as reformas educacionais que buscam simplesmente formar uma mão de obra qualificada, deixando de lado questões teóricas, valores democráticos e o ensino em humanidades, vão na contramão da realização de uma educação formal antiautoritária. Caso haja uma continuidade e um avanço nas políticas educacionais brasileiras que leve em conta esses três pontos, o acesso, a qualidade e a quantidade, e um tipo de educação antiautoritária, pode-se esperar que o autoritarismo na população tenda a decrescer.

Infelizmente, pelo andar da carruagem, a perspectiva não é tão favorável. A PEC do teto de gastos realizada pelo governo Temer limitou a quantidade de dinheiro do orçamento público destinado à educação, pondo assim um fim àquilo previsto pela PNE de 2014, que previa que o Estado passaria a destinar 10% de seu orçamento público à educação. Dificultando a realização das políticas de acesso, qualidade e quantidade. De maneira similar, a Reforma do Ensino Médio de 2017 promoveu uma mudança curricular que causou instabilidade à obrigatoriedade das humanidades no currículo do ensino médio. Também adicionou disciplinas que condizem muito mais com a formação de mão de obra do que com a formação de indivíduos democráticos e antiautoritários. Essa reforma, nesse sentido, se assemelha muito à reforma do primeiro e segundo grau realizada durante a ditadura militar, por esse motivo. Espera-se que, durante o novo governo Lula, haja uma mudança significativa no rumo que as políticas educacionais brasileiras têm tomado, e que os três pontos de acima passem a ser levados mais conta pelos governantes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADORNO, T. W. **Estudos sobre a personalidade autoritária**. São Paulo: Editora Unesp, 2019.

ADORNO, Theodor W. Educação após Auschwitz. In: ADORNO, T.W. **Educação e emancipação**. Tradução de Wolfgang Leo Maar. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 119-138.

ADRIÃO, T.; CAMARGO, R. B.. **A gestão democrática na CF de 1988**. In: OLIVEIRA, R. P.; ADRIÃO, T. (Org.). *Gestão, Financiamento e Direito à Educação: análise da LDB e da Constituição Federal*. 2a.ed. São Paulo: Xamã, 2002, p. 63 - 71.

BAQUERO, M.; MORAIS, J. Está em andamento a construção de uma nova cultura política juvenil? In. Baquero, M. (org.) *A juventude e os desafios da construção da democracia no Brasil*. Porto Alegre: Escritos, 2018.

BERNARDI, Ana Julia Bonzanini. **Educação crítica midiática: formação para cidadania de jovens no contexto de pós-verdade e fake news**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. 2021.

BODART, C. das N.; FEIJÓ, F. CIÊNCIAS SOCIAIS NO CURRÍCULO DO ENSINO MÉDIO BRASILEIRO. **Revista Espaço do Currículo**, [S. l.], v. 13, n. 2, p. 219–234, 2020. DOI: 10.22478/ufpb.1983-1579.2020v13n2.51194. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/rec/article/view/51194>. Acesso em: 26 mar. 2023.

BRASIL. **Diretrizes nacionais para a educação em direitos humanos**. Ministério da Educação. Brasília, 2012.

CAMPANTE, Rubens G. O patrimonialismo em Faoro e Weber e a Sociologia Brasileira. **Dados – Revista de Ciências Sociais**, v. 46, n. 1, p. 153 -193, 2003.

CROCHIK, José Leon. **Teoria crítica da sociedade e estudos sobre o preconceito**. Revista Psicologia Política, v. 1, n. 1, p. 67-99, 2001. Acesso em: 18 jan. 2023

DAMATTA, Roberto Augusto. **O que faz o Brasil Brasil?**. 2. ed. Rio de Janeiro: ROCCO LTDA, 1984. 126 p.

DE CARVALHO, José Murilo. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 11. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. 236 p. ISBN 978-85-200-0565-1.

DE HOLANDA, Sérgio Buarque. **Raízes do Brasil**. 26. ed. rev. e atual. São Paulo: Companhia Das Letras, 2009. 220 p. ISBN 978-85-7164-448-9.

MANNHEIM, K. **Ideologia e Utopia**. Tradução: Sérgio Magalhães Santeiro. 4. ed. Londres, Inglaterra: Routledge & Kegan Paul ltd, 1986.

FARNEN, Russell F.; MELOEN, Jos D. Democracy, Authoritarianism, and Educational Levels. *In*: FARNEN, Russell F.; MELOEN, Jos D. **Democracy, Authoritarianism and Education: A Cross-National Empirical Survey**. [S. l.: s. n.], 2000. p. 125-132.

FERNANDES, Florestan. **Apontamentos sobre a teoria do autoritarismo**. Brasil: Editora Expressão Popular, 2019.

GONZÁLEZ, Rodrigo Stumpf; BAQUERO, Marcello; GROHMANN, Luis Gustavo Mello. Nova direita ou vinho velho em odres novos? A trajetória conservadora no Brasil do último século. **Revista Debates**, v. 15, n. 2, p. 9-44, 2021.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, ANPOCS, 1984. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4584956/mod_resource/content/1/06%20-%20GONZALES%2C%20L%C3%A9lia%20-%20Racismo_e_Sexismo_na_Cultura_Brasileira%20%281%29.pdf Acesso em: 25 março de 2023.

Haerper, C., Inglehart, R., Moreno, A., Welzel, C., Kizilova, K., Diez-Medrano, J., Lagos, M., Norris, P., Ponarin, E. & Puranen B. (2022): World Values Survey Wave 7 (2017-2022) Cross-National Data-Set. Version: 4.0.0. World Values Survey Association. DOI: doi.org/10.14281/18241.18

HAJJAR, S. T. Statistical analysis: internal-consistency reliability and construct validity. **International Journal of Quantitative and Qualitative Research Methods**, v. 6, n. 1, p. 27-38, 2018.

JATOBÁ, D.. **Teoria das Relações Internacionais**. São Paulo: Saraiva, 2017. ISBN 9788502199699.

LEHER, Roberto. **Autoritarismo contra a universidade**: o desafio de popularizar a educação pública. 1. ed. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo: Expressão Popular, 2019. 232 p. ISBN 978-85-7743-376-6. E-book.

LIMA, Renato Sérgio de et al. Medo da violência e adesão ao autoritarismo no Brasil: proposta metodológica e resultados em 2017. **Opinião Pública**, v. 26, p. 34-65, 2020.

MAIA, Ari Fernando; ANTUNES, Déborah Christina. Educar contra o preconceito e a discriminação na Universidade: há lugar para os direitos humanos?. **Revista Interdisciplinar de Direitos Humanos**, v. 8, n. 1, p. 45-63, 2020.

MOISÉS, José Álvaro; CARNEIRO, Gabriela Piquet. Democracia, desconfiança política e insatisfação com o regime: o caso do Brasil. **Opinião Pública**, v. 14, p. 1-42, 2008.

PARO, V. H.. **O princípio da gestão escolar democrática no contexto da LDB**. In: OLIVEIRA, R. P.; ADRIÃO, T. (Org.). *Gestão, Financiamento e Direito à Educação: análise da LDB e da Constituição Federal*. 2a.ed. São Paulo: Xamã, 2002, p. 73 - 81.

PILETTI, Nelson; PRAXEDES, Walter. **Sociologia da educação: Do positivismo aos estudos culturais**. 1. ed. São Paulo: Ática, 2011. ISBN 9788508149735. *E-book*.

RAMOS, Marília P. **Pesquisa social: abordagem Quantitativa com uso do SPSS**. Ed Escritos. Porto Alegre, 2014.

RIBEIRO, Marcos Abraão. O autoritarismo brasileiro em Roberto DaMatta e os limites da interpretação culturalista. 2022.

ROMANISH, Bruce. Authority, Authoritarianism, and Education. *Education and Culture*, [S. l.], ano 1995, v. 12, n. 2, p. 17-25, 7 jul. 1995. Disponível em: https://muse.jhu.edu/article/592315/summary#info_wrap. Acesso em: 22 jan. 2022.

ROSÁRIO, M. J. A. do. O pensamento tecnocrático e autoritário na educação brasileira, de 1964 a 1985. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, SP, v. 16, n. 69, p. 87–99, 2017. DOI: 10.20396/rho.v16i69.8648239. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8648239>. Acesso em: 18 mar. 2023.

SANTOS, Theotônio. A teoria da dependência: balanços e perspectivas. Terceira parte: Os fundamentos teóricos do governo Fernando Henrique Cardoso: uma etapa de polêmica sobre a teoria da dependência, p. 100 – 136. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5499595/mod_resource/content/1/Theot%C3%B4nio%20dos%20Santos%20-%20A%20teoria%20da%20depend%C3%Aancia%20-%20Balan%C3%A7os%20e%20perspectivas.pdf Acesso em 21 de fevereiro de 2023.

SAVIANI, Dermeval. O Legado Educacional Do Regime Militar. **Cad. Cedes**, Campinas, vol. 28, n. 76, p. 291-312, set./dez. 2008. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v28n76/a02v2876.pdf>. Acesso em 22/03/2023.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Sobre o autoritarismo brasileiro**. Editora Companhia das Letras, 2019.

SCHWARTZMAN, Simon. **Bases do autoritarismo brasileiro**. 5. ed. Campinas, SP: Unicamp, 2015. p. 39-238.

SCHLESENER, Anita. Educação repressiva e educação emancipadora: notas acerca da personalidade autoritária e seus desdobramentos na educação. **Revista Katálysis** [online]. 2021, v. 24, n. 2 [Acessado 15 Março 2023], pp. 417-426. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1982-0259.2021.e77659>>. Epub 16 Jun 2021. ISSN 1982-0259. <https://doi.org/10.1590/1982-0259.2021.e77659>.

SIMPSON, Miles. Authoritarianism and education: A comparative approach. **Sociometry**, p. 223-234, 1972.

STRUCK, Jean-Phillip. Ataque à democracia brasileira. [S. l.], 8 jan. 2023. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/deutschewelle/2023/01/08/ataque-a-democracia-brasileira.htm>. Acesso em: 25 mar. 2023.